

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

TURISMO E LAZER EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: A
EXPERIÊNCIA DE SÃO JOÃO DO TUPÉ – REDES DO TUPE/AM

SHIRLEY CINTRA PORTELA DE SÁ PEIXOTO

MANAUS - AM

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

SHIRLEY CINTRA PORTELA DE SÁ PEIXOTO

TURISMO E LAZER EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: A
EXPERIÊNCIA DE SÃO JOÃO DO TUPÉ – REDES DO TUPE/AM

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPGCASA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi

MANAUS - AM

2013

Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto

**TURISMO E LAZER EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: A
EXPERIÊNCIA DE SÃO JOÃO DO TUPÉ – REDES DO TUPE/AM**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia – PPGCASA, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia.

Aprovado por:

Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi
(Orientadora)

Profa. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira
(Membro Externo)

Profa. Dra. Terezinha de Jesus Fraxe
(Membro Interno)

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

P379t Peixoto, Shirley Cintra Portela de Sá

Turismo e lazer em unidade de conservação: a experiência de São João do Tupé – Redes do Tupé/AM / Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto. - Manaus: UFAM, 2013.

113 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 2013.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi

1. Unidades de Conservação 2. Turismo 3. Lazer I. Higuchi, Maria Inês Gasparetto (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 502.48:379.85(811.3)(043.3)

DEDICO

A minha querida e saudosa Mamã, que já esta do outro lado do caminho, ao companheiro
e amigo Arkbal Villar e as filhas, Ana Vitória e Maria Luíza.

Com todo o meu amor aos quatro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade da vida, pelo meu crescimento intelectual e moral, que se estruturaram durante o curso de mestrado. Por sempre iluminar os meus pensamentos que direcionam os meus caminhos, tanto o profissional como o pessoal, por ter o livre arbítrio, onde faço as minhas escolhas, e dessas escolhas, sejam certas ou erradas, sempre refletindo para obter mais aprendizado.

Ao meu núcleo familiar, que sempre me apóia, torce e vibra com as minhas conquistas. As minhas filhas, que é por elas que eu modifico sempre a minha vida, para assim, criar oportunidades para nossas melhorias. Agradeço o apoio constante do meu companheiro, que é uma pessoa de muita relevância nessa minha existência, me apoiando nos estudos, com carinho e companheirismo.

Agradeço a minha grande família, porque sem eles eu não teria o referencial familiar, que me impulsiona para frente, dando força para superar as dificuldades, e buscar as conquistas e assim me sentir vencedora.

Agradeço a nova amiga que fiz durante a pesquisa de campo, a Fátima Nascimento, também sou grata pelo apoio da Angeline, Socorro, Susy aos “piloteiros”, Nilson, Seu Arnaldo, George e Seu Rufo. Não menos importante esta a Dona Glória, que sempre mostrou sorriso quando me via chegar para almoçar na sua casa. Deus sabe o que seria deste trabalho sem o apoio, carinho e a boa vontade de vocês.

Aos moradores da Comunidade São João do Tupé, Dona Verônica e família, Dona Rosa e Seu Ademir, Marcos e família, Dona Bida e família, Seu Doval e família e aos outros colegas que fizeram parte desta pesquisa e que, gentilmente aceitaram ser entrevistados, contribuindo com suas opiniões para enriquecer essa pesquisa.

Aos amigos do Centro de Ciências do Ambiente, Tijolo, Mayra, Sérgio e Fernanda, pelo apoio em tudo que precisei durante esses dois anos, com documentações, informações e principalmente pela amizade e carinho que tiveram e tem comigo.

Aos Professores, amigos e colegas do PPGCASA por contribuir para fazer desse aprendizado uma prazerosa caminhada.

Meu especial agradecimento a minha orientadora Professora Doutora Maria Inês Gasparetto, por sua valiosa e paciente orientação e suas palavras de incentivo durante esses dois anos de mestrado.

Muito Grata.

EPIÍGRAFE

"Todo o futuro da nossa espécie, todo o governo das sociedades, toda a prosperidade moral e material das nações dependem da ciência, como a vida do homem depende do ar. Ora, a ciência é toda observação, toda exatidão, toda verificação experimental. Perceber os fenômenos, discernir as relações, comparar as analogias e as dessemelhanças, classificar as realidades, e induzir as leis, eis à ciência; eis, portanto, o alvo que a educação deve ter em mira. Espertar na inteligência nascente as faculdades cujo concurso se requer nesses processos de descobrir e assimilar a verdade."

Rui Barbosa.

RESUMO

O foco central desta pesquisa foi investigar os aspectos socioculturais e ambientais presentes na atividade de turismo/lazer na localidade São João do Tupé – REDES do Tupé. Dentre as seis localidades existentes na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, a localidade São João do Tupé foi a escolhida por ter desenvolvido atividades de turismo e ser local de atração para o lazer dos moradores urbanos de Manaus. O local é agraciado pela natureza, com lago, cachoeira, trilhas, praia e uma vegetação exuberante. Para que a comunidade desenvolvesse o turismo sustentável os moradores foram inseridos em vários cursos de formação como guia de turismo, alimentação, artesanatos e outros. Esses cursos foram realizados tanto pela esfera acadêmica quanto pela governamental, porém poucas mudanças ocorreram. Diante dessa situação esse estudo propôs-se a compreender essa realidade, partindo do entendimento que os moradores possuem sobre turismo e lazer e todo o aparato natural e construído para esse fim. Foi utilizado o multimétodos (GÜNTHER, PINHEIRO e ELALI 2011), como método de pesquisa, com as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas com nove moradores que já tinham trabalhado ou ainda estavam em atividade relacionada ao turismo e lazer. Os resultados mostraram uma deficiência na infraestrutura construída devido à falta de apoio governamental e interesse dos próprios moradores, apesar das belezas cênicas do lugar oferecer os atrativos para o turismo de natureza e lazer. Constatou-se ainda que apesar do investimento em formação dos moradores para uma atividade de turismo, a localidade não se apropriou dessa atividade profissional, havendo apenas um grupo familiar que se interessa e se dedica a algumas ações esporádicas. Ações de turismo são veiculadas de forma aleatórias por agências de turismo de Manaus que pouco solicita dos moradores a não ser a colaboração dos grupos indígenas nos seus rituais e artesanatos culturais. As pessoas do grupo que se envolviam com as atividades de turismo mostram um entendimento de turismo como uma fonte de renda extra e uma oportunidade de receber pessoas de outros lugares que trazem novidades para eles e se maravilham com a natureza local. Em suas ideias o turismo se trata de uma atividade com pessoas de outros lugares fora de Manaus ou fora da região, e lazer seria específico para os visitantes de fim de semana na praia. Nesse sentido, o turismo como os “de fora” é bem vindo e visto na localidade e para conservação da natureza, já o lazer com os “daqui” é algo ruim para todos, pois enquanto os de fora são educados, os daqui são degradam o ambiente natural e social causando problemas aos moradores.

PALAVRAS-CHAVES:

Lazer, Turismo, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Renda, Ambiente Natural

ABSTRACT

Socio-cultural and environmental aspects in tourism activity at the municipality of “São João do Tupé – REDES do Tupé”, was the fundamental focus of this research. There are six communities at the “Sustainable Developmental Reserve of Tupé (Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupe)”, but “São João do Tupé” was chosen because it has managed tourism activity and it represents a leisure place for the urban population of Manaus. Such landscape is endowed with lakes, falls, beach, tracks and exuberant vegetation. In order to stimulate the community to put into effect a sustainable tourism, residents were trained to deal with tourists as tourism guide, feeding, craftsmanship, etc. The training was done by academic field as well as by government support. However, few changes have occurred. In the wake of this factor this study planned to understand that realism starting from the knowledge dwellers should have on tourism and leisure and all tools built on this subject. It was utilized a psychosocial approach of the environment focusing mainly in the nature perceptions of the people who has worked or still are working in these activities. We used in this project a multi-method (Gunther, Pinheiro e Elali, 2011) as a research scheme with participant observations techniques and semi-structural interviews engaging nine residents that have been worked or still are working in the tourism-leisure activity. The results showed deficiency in the structure due to the lack of governmental support and no interest of the community, besides the magnificence of the place in offering all the attractions to enjoy the tourism of the nature. Even though the effort to qualify the residents it was also noted that the community did not embrace this activity, but hardly one family has dedicated to some sporadic actions. Tourism is sometimes exercised by few Tourism Agencies from Manaus without any connection with the residents other than the collaboration of Indian groups that offer their rituals and sell their cultural craftsmanship. The people in the group that was involved with tourism activities shows us they see tourism as a source of extra income and an opportunity to contact foreign people who bring them novelties and wonder with the local nature. In their ideas tourism represents an activity with people from other places far from Manaus or far from the region and, leisure as a specific trend to visitors in their weekend and enjoying beach. In this sense tourism with “outsiders” is welcome and seemed as an excellent deal for the community and for the conservation of the nature, but with “indoors” is something worst for everybody: while strangers are educated, natives are degraders of the environment and cause serious social problems to the dwellers of the community.

KEY WORDS:

Leisure, Tourism, Sustainable Developmental Reserve, Gains, Natural Environment

LISTA DE ABREVIATURAS

ABAP - Associação dos Barraqueiros da Praia do Tupé

APA - Áreas de Proteção Ambiental.

ARIE - Áreas de Relevante Interesse Ecológico

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

CODEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional do Meio ambiente

DOU - Diário Oficial do Município de Manaus

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

FLOREST - Florestas Estaduais

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ManausCult - Fundação Municipal de Cultura e Turismo

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PA - Percepção Ambiental

PAREST - Parques Estaduais

PMM - Prefeitura Municipal de Manaus

PMNT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PUP - Plano de Uso Público

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO - Reserva Biológicas

REDES - Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé

RESEX - Reserva Extrativista

RPDS - Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SEMMAS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEMMAS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e sustentabilidade

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da REDES - Fonte: Arkbal Sá Peixoto/2012.....	34
Figura 2- Vila de São João do Tupé. Fonte Nindoval Nascimento/2003.	47
Figura 3- Rua Rio Negro da Vila São João do Tupé. Fonte: Shirley/2012	48
Figura 4- Pedreira que aparece na vazante do Rio Negro. Fonte: Ana Gomes/2011	51
Figura 5- Orquídea, flor muito comum na REDES do Tupé. Fonte: Ana Gomes/2011....	52
Figura 6- Barco/recreio com os banhistas para Praia do Tupé. Fonte: Shirley/2012.	54
Figura 7- Imagem da Praia do Tupé com poucas árvores. Fonte: Shirley/2012.....	54
Figura 8- Barracas pós enchente histórica de 2012. Fonte: Shirley/2012.	56
Figura 9- Lago do Tupé durante a enchente de 2012. Fonte: Shirley/2012.....	57
Figura 10- Bailado dos indígenas com os turistas. Fonte: Shirley/2012.	58
Figura 11- Apresentação do ritual masculino dos Desana. Fonte: Shirley/2012.....	59
Figura 12- Maloca Desana construída para receber turistas. Fonte: Shirley/2012	62
Figura 13- Imagem das barracas- domingo de trabalho. Fonte: Shirley/2012.....	63
Figura 14- Peixe assado na brasa, modo como é assado na praia. Fonte: Shirley/2012....	64
Figura 15- Turistas chegando para apresentação do Ritual Desana. Fonte: Shirley/2012	65
Figura 16- Fiscalização da SEMMAS aos domingos na praia. Fonte: Shirley/2012	67
Figura 17- Vista do conjunto de barracas na Praia do Tupé. Fonte: Shirley/2012.....	68
Figura 18- Banhista que chegam de lanchas. Fonte: Shirley: 2012.....	71

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Distribuição dos participantes em função da faixa etária na Comunidade São João do Tupé/	20
Tabela 2 - Distribuição em função do sexo na Comunidade São João do Tupé/ REDES do Tupé- Manaus, 2012.	20
Tabela 3 - Distribuição em função da escolaridade na Comunidade São João do Tupé/ REDES do Tupé- Manaus, 2012.....	20
Tabela 4 - Distribuição ao tempo de moradia na Comunidade São João do Tupé/ REDES do Tupé - Manaus, 2012.	20

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
SOBRE O ESTUDO.....	18
PERFIL DOS PARTICIPANTES	19
PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	21
1 CONCEITOS DE TURISMO LAZER	22
1.1 Territórios destinados para o turismo e lazer.....	26
1.2 Desenvolvimento da atividade de turismo em RDS.....	28
1.3 Exemplo de turismo em Unidade de Conservação	29
1.4 Impacto da atividade de turismo e lazer	31
2 TUPÉ: ÁREA DE ESTUDO	33
2.1 Histórico da criação da unidade de conservação.....	36
2.2 Reserva de Desenvolvimento Sustentável.....	39
2.3 A localidade São João do Tupé	42
2.4 A localidade São João do Tupé depois da criação da REDES	44
2.5 A paisagem natural como atrativo para o turismo e lazer	49
3 AÇÕES DE TURISMO E LAZER NO SÃO JOÃO DO TUPÉ	53
3.1 Atrativos da paisagem natural	53
3.2 Atrativos culturais dos indígenas.....	58
3.3 A participação dos moradores no turismo e lazer.....	62
3.4 Percepção dos moradores sobre o lazer e turismo.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS	69
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS.....	86
APÊNDICES	93
APÊNDICE 1	94
APÊNDICE 2	95
APÊNDICE 3	96

INTRODUÇÃO

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são territórios de proteção ambiental e por ter potencial paisagístico e cênico podem favorecer ao turismo e ao lazer, trazendo inúmeros benefícios à população local. O turismo e o lazer realizados em ambientes naturais têm vários segmentos, mas ambos têm o mesmo objetivo na conservação do ambiente natural. Sendo que lazer e turismo são atividades econômicas que valorizam a cultura tradicional local (IGNARRA, 2003) e o turismo em ambiente natural se caracteriza por ser uma atividade de baixo impacto sobre a natureza (MOLINA, 2001; PEDRINE, 2007; RIBEIRO, 1998).

As RDSs são áreas de administração conjunta do governo e as associações de moradores da reserva. Estas unidades devem ter o plano de manejo com o objetivo à conservação ambiental, bem como, a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

As populações tradicionais que vivem dentro das RDSs têm como subsistência a exploração dos recursos naturais, decorrentes dos hábitos histórico-culturais e das condições da fauna e da flora. São justamente essas populações que desenvolvem um papel importante para proteção ambiental, constando inclusive em Lei que elas ficarão reguladas por contrato tendo a obrigação de participar da preservação, da recuperação, da defesa e da manutenção da RDS.

Como meio para o desenvolvimento sustentável dessas populações e como atividade de grande relevância econômica e conservacionista o turismo em ambiente natural e o lazer são duas frentes bem apropriadas. O turismo em ambiente natural deve ser praticado em locais que tenham atrativos naturais e culturais. Nesse segmento turístico é comum se afirmar que deve ser praticado de modo conservacionista, sendo que, esta atividade depende diretamente dos recursos naturais para o seu pleno desenvolvimento. Essa afirmação é válida também para a prática do lazer. Já que ambos são diferentes atividades que exploram o mesmo ambiente. Para essas atividades são sempre questionáveis a sua forma de uso para a sustentabilidade ambiental da área, bem como a econômica, cultural e social dos moradores das Unidades de Conservação (UC).

Diante dessas atividades reforça-se o seu modo de uso com objetivo na conservação, e com a participação da comunidade local, para que este turismo e lazer sejam sustentáveis (SACHS, 2009). Mas para tanto, se faz necessário estudar não só o

local onde existe o potencial turístico e atividade de lazer, mas a percepção dos habitantes do lugar sobre o ambiente, o turismo e o lazer. A importância desse processo é a compreensão das relações entre moradores locais e o ambiente, além da compreensão acerca das suas expectativas, insatisfações e de seus anseios.

Para a sociedade em geral o lazer é um direito, e esta na Constituição Federal de 1988 no Art. 6º como direitos sociais. A necessidade ao lazer faz parte principalmente para os moradores dos grandes centros urbanos, e este ligado a qualidade de vida dessas pessoas, e onde se deve destacar a questão de espaço para tal atividade (MACETINO, 1996). Como o lazer tem varias opções de locais e formas de se aproveitar este tempo livre como em ambientes naturais, que são praias, montanhas, lagos e outros, onde se faz necessária a intervenção do poder público em locais para o desenvolvimento das atividades de lazer. Essa interferência dos governos é propor o lazer saudável aos seus habitantes e manter os ambientes naturais que são usados para essa atividade em estado de conservação.

Existe uma interface importante entre as políticas públicas de proteção ambiental ditada pelo Ministério do Meio Ambiente e as orientações básicas do Ministério do Turismo. A Política Nacional de Ecoturismo (1994) é uma dessas ações, que conceitua essa atividade como: “atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. A partir de 2003 foi criado o Plano de Turismo Sustentável, com o objetivo de atender às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras. Protegendo e ampliando as oportunidades para o futuro. Foi com base neste plano que possibilitou traçar princípios para ações governamentais da época. No caso de Manaus como a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé).

A REDES do Tupé foi criada por Decreto Municipal n.º 8044 de 2005, está localizada na Bacia do Rio Negro a 25 km de Manaus, tem por objetivo básico de preservação ao meio ambiente, bem como, de garantir as condições e os meios necessários para a melhoria da qualidade de vida e uso dos recursos naturais das populações tradicionais. De modo a valorizar, conservar e afinar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas pelas populações tradicionais. Diário Oficial do Município de Manaus (DOM, 2005).

O local se tornou uma referência para o lazer dos moradores de Manaus, que se deslocam para o local sempre nos finais de semana e feriados. São atraídos pela praia que aparece entre as enchentes e as vazantes do Rio Negro.

O lazer para o manauense nos fins de semana inclui a procura por banhos, isto se pode classificar como cultural. Os banhos de rios e igarapés fazem parte da vida dos cidadãos desde os tempos dos igarapés da cidade de Manaus, como o balneário do Parque 10, que tinha mais de cem metros de comprimento por vinte de largura, onde se represava as águas do igarapé do Mindu. Era o ponto de encontro da população em todos os domingos e feriados, e até em dias úteis, porque o Parque era aberto todos os dias. Com bosque que era muito bem cuidado aonde as pessoas de todos os níveis sociais iam passear, e até fazer piquenique ou dançar nos salões do pavilhão, e onde abrigava um restaurante com comidas regionais. Outros locais que serviram como lazer para os moradores da cidade foram o igarapé do Tarumã e o da Ponte da Bolívia, esses eram os mais populares da cidade (MOTA, 2008).

Como os igarapés da cidade não servem mais para o banho da população local, esses migram em busca de locais que proporcione esse tipo de lazer. A praia do Tupé é atrativa pela beleza, e é fácil de chegar ao local. Por ser uma Unidade de Conservação tem como gestor da REDES o poder público municipal através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) que estão comprometidos com os objetivos da UC de Uso Sustentável, que é a proteção dos recursos naturais e sustentabilidade dos povos tradicionais. Para tanto, estão implementando o Plano de Uso Público da REDES do Tupé (DOM, 2008). Na seção II, Art. 3º fala sobre a praia do Tupé que entre as ações de uso para o local da Prefeitura Municipal de Manaus (PMM) foi inaugurado em 2008 dois conjuntos de barracas padronizadas, que é de uso dos moradores da REDES e servem para comercialização de alimentos para os visitantes de fins de semana que estão na praia. Em 2011, em outra gestão na PMM, com a pretensão de limitar algumas atividades dos turistas e visitantes de fim de semana, implantou algumas medidas - básicas - de proteção da praia. Proibiu a poluição sonora causada pelos alto-falantes dos barcos, a presença de vendedores ambulantes e descarte de resíduos na areia da praia. Paralelamente está sendo realizado o processo de cadastramento na SEMMAS das embarcações e agências de turismo que levam os turistas ou que querem ficar ancorados na área da Praia do Tupé. Desde julho de 2011 a Secretaria vem realizando a fiscalização na praia e com a vã tentativa de coibir essas infrações que são causadas por esses visitantes. Durante a fiscalização não é permitido venderes ambulantes desçam das embarcações para comercializar na praia, com isso impedindo que eles façam concorrência com os moradores do local.

Em relação as atividade de turismo e lazer a localidade São João do Tupé já recebeu vários projetos de capacitação, tais como: oficinas de reciclagem de resíduos,

educação ambiental, ecoturismo e outros. Mas ainda não se vê os resultados práticos desses projetos nem há qualquer movimento para a organização em associação para a gerência do turismo de natureza ou o ecoturismo. De acordo com Chateaubriand (2009), a comunidade tem representatividade que, infelizmente não promove o desenvolvimento comunitário com melhorias na qualidade de vida dos moradores.

Diante da situação, surgem questionamentos como: daquilo que já lhes foi passado em oficinas de turismo, sobre os benefícios de renda e trabalho que pode oferecer essa atividade na localidade receptora, por que os moradores ainda não se apropriaram e nem se organizaram para o turismo e lazer? O turismo e lazer atenderiam os interesses socioeconômicos e ambientais da localidade? Acolheria as necessidades preservação que tem uma RDS? Diante das limitações que existem, para desenvolverem outras atividades econômicas por ser uma área de conservação, seriam os moradores obrigados a aceitarem as visitas turísticas? Será que os turistas e visitantes acabam por incomodar o cotidiano da localidade? Ou simplesmente, os moradores desconhecem as vantagens do turismo e do lazer por falta de liderança na associação comunitária?

Com base nesses questionamentos a pesquisa teve como ponto central investigar os aspectos socioculturais e ambientais presentes na atividade de turismo/ lazer na localidade São João do Tupé – REDES do Tupé. Para tanto esse estudo inicia com a descrição do ambiente físico da localidade São João do Tupé e seus atrativos de turismo e lazer. Além disso, estão caracterizadas as ações de turismo e lazer que ali acontecem. Como finalização apresenta-se as percepções dos moradores sobre os impactos das atividades de turismo e lazer que lá ocorrem.

Essa dissertação está assim organizada: No primeiro capítulo fala sobre os conceitos de turismo lazer, os territórios destinados para essas atividades, o desenvolvimento do turismo e lazer em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, exemplos de turismo e lazer em Unidade de Conservação e os impactos das atividades. No segundo capítulo começa com a área de estudo, REDES do Tupé, o histórico da Unidade de Conservação, a localidade São João do Tupé, A localidade depois da criação da UC e a paisagem natural como potencial para as atividades de turismo e lazer. No terceiro e último capítulo estão às ações de turismo e lazer realizadas no local, atrativo natural, a participação dos moradores nas atividades e a percepção sobre o turismo e lazer.

Os resultados mostraram uma localidade ainda preservada e atrativa para o lazer e turismo, no entanto esse cenário ambiental pode vir a se perder em breve tendo em vista a deficiência na infraestrutura local e a falta de participação efetiva da comunidade.

Constatou-se que apesar do investimento em formação dos moradores para uma atividade de turismo, a localidade não se apropriou dessa atividade profissional, havendo apenas um pequeno grupo familiar que se interessa e se dedica a algumas ações esporádicas. Apesar das belezas cênicas do lugar e dos atrativos para o turismo de natureza e lazer, a falta de apoio governamental em formulação de políticas eficazes de controle dos visitantes, é um prognóstico preocupante.

Fecha-se com as considerações finais e perspectivas futuras sobre a atividade de turismo e lazer. Fala um pouco daquilo que eles esperam sobre o turismo, as mudanças por parte da gestora da RDS e o interesse que eles tem em querer continuar com a atividade de turismo.

SOBRE O ESTUDO

A abordagem desta pesquisa é qualitativa exploratória descritiva, considerando que a análise dos fenômenos humanos e sociais propostos nesse estudo não podem serem mensurados de forma objetiva (RIBEIRO, 2008). Para investigar os aspectos socioculturais e ambientais presentes na atividade de turismo e lazer na REDES do Tupé foi utilizada uma abordagem multimétodos (GUNTHER; PINHEIRO, 2008; GUNTHER, ELALI, PINHEIRO, 2011). Essa proposta metodológica tem sido usada em estudos da pessoa-ambiente devido à grande complexidade para entender a interação entre ambos, a qual consiste em multiplicidades metodológicas (várias técnicas e instrumentos) de diversas áreas de conhecimento. Segundo os autores, o método é usado para chegar a um objeto de estudo e o multimétodo consiste em caminhos distintos para chegar a um mesmo objeto de estudo.

Seguindo essa proposta foram utilizadas as técnicas de observação participante e entrevistas semiestruturadas. A técnica de observação participante permite entender a complexidade da relação pessoa e ambiente. Para conduzir essa técnica foi utilizado um roteiro de observação (Apêndice 1) a fim de direcionar as observações e respectivas conversas informais, estabelecidas com as pessoas com o propósito de compreender as características físicas e o uso social desse espaço pelas pessoas da comunidade. Essas conversas foram anotadas em um diário de campo juntamente com registros fotográficos (DENCKER; VIÁ, 2001).

Para descrever o ambiente físico e seus atrativos de lazer e turismo na localidade São João do Tupé foram feitas visitas que iniciaram no mês de julho e depois em agosto (períodos fora da cheia do rio). Nesse período foi feito levantamento dos atrativos que

foram feitos em diversas visitas e em conversas informais com moradores sobre quais os atrativos que o local tem para apresentar ao turista e visitante/banhista.

A técnica da entrevista semiestruturada com os moradores envolvidos nessas atividades de turismo e lazer permitiu identificar a percepção dos moradores da comunidade em relação ao turismo e lazer em ação no lugar e as expectativas dos moradores em relação a essa atividade. As visitas à comunidade teve apoio da equipe da SEMMAS que sempre estava no local para realizar a fiscalização durante a semana e a implantação do Plano de Uso Público da Praia do Tupé (PUP) nos fins de semana. O uso da entrevista semiestruturada se justifica pelo fato de que essa técnica permite maior flexibilidade para alcançar mais informações sobre o perfil das pessoas envolvidas e das vivências ocorridas na atividade em questão (DENCKER, *ibid*). A entrevista semiestruturada seguiu um roteiro, com perguntas abertas e fechadas (Apêndice 2).

Para efeitos de validade e fidedignidade da técnica e respectiva forma de obtenção dos dados postos nos objetivos específicos foi efetuado um teste piloto da entrevista. Essa indicou procedimentos necessários para validação e fidedignidade da técnica junto aos informantes deste estudo. A coleta de dados se deu no período de julho a dezembro de 2012, iniciando a caracterização durante a cheia e finalizando o ciclo hidrológico com a seca do Rio Negro.

PERFIL DOS PARTICIPANTES

Participaram deste estudo adultos com mais de 18 anos, de ambos os sexos moradores na comunidade no mínimo por 10 anos, independentemente de outros aspectos respectivos a etnia, ocupação e religião, mas tiveram ou tem alguma atividade relacionada com o turismo e lazer. Apenas um adulto por unidade domestica participou da entrevista.

Fizeram parte da pesquisa 09 moradores comunidade acima de 18 anos e no máximo 56 anos, sendo que a média ficou entre 25 a 50 anos de forma que da amostra (Tabela 1).

Idade	Número de participantes	%
18-30	02	22,22
30-40	02	22,22

40-60	05	54,56
Total	09	100

Tabela 1 - Distribuição dos participantes em função da faixa etária na Comunidade São João do Tupé/ REDES do Tupé- Manaus, 2012.

Foram entrevistadas duas mulheres e sete homens que desenvolveu ou desenvolve algum tipo de atividade relacionada ao turismo e lazer na área de pesquisa (Tabela 2).

Sexo	Número de participantes	%
Feminino	02	22,22
Masculino	07	77,78
Total	09	100

Tabela 2 - Distribuição em função do sexo na Comunidade São João do Tupé/ REDES do Tupé- Manaus, 2012.

A escolaridade dos participantes variou do ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo (Tabela 3).

Escolaridade	Número de participantes	%
Fundamental Incompleto	02	22,22
Fundamental completo	02	22,22
Ensino médio incompleto	02	22,22
Ensino médio completo	03	33,34
Total	09	100

Tabela 3 - Distribuição em função da escolaridade na Comunidade São João do Tupé/ REDES do Tupé- Manaus, 2012.

Em relação ao tempo de moradia na comunidade foram escolhidas as pessoas que já moram no local a mais de 10 anos (Tabela 3).

Tempo na comunidade	Número de participantes	%
10 – 15	03	33,33
15 – 20	04	44,45
20 – 30	02	22,22
Total	09	100

Tabela 4 - Distribuição ao tempo de moradia na Comunidade São João do Tupé/ REDES do Tupé - Manaus, 2012.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para ir a campo foram necessários alguns procedimentos éticos. Inicialmente foi solicitada a anuência do órgão gestor das REDES, que é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS (Apêndice 3). Depois que foi dada esta concordância em realizar a pesquisa na UC (Anexo 1) foi também solicitado a anuência do presidente da comunidade (Apêndice 4). Como neste momento de solicitação a comunidade passava por mudanças de presidente da associação foi esperado até a presidente assumir, para ser dada a permissão. Na sequência o projeto foi submetido à Plataforma Brasil/CEP e aprovado com parecer No. 81786 (Anexo 3).

A pesquisa foi realizada com apoio direto da SEMMAS. As primeiras visitas à comunidade foram para obter um contato mais próximo com os moradores. Nessa ocasião lhes foi apresentado os objetivos da pesquisa, bem como os procedimentos de investigação a serem realizados. Nesse momento foram identificados os participantes da entrevista e acertados novos encontros para a entrevista. Antes de iniciar a entrevista foi apresentado o termo de consentimento e livre esclarecimento – TCLE, o qual foi assinado e lhe dado uma cópia (Apêndice 5).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas nas residências dos entrevistados. Conforme Duarte (2002), em geral esse tipo de entrevista, semiestruturada, ocorre mais calmamente quando realizada na residência da pessoa entrevistada.

1 CONCEITOS DE TURISMO LAZER

A sociedade industrializada criou a necessidade da busca do lazer para o ser humano, paralelamente fornece meios para que este trabalhador descanse do seu cotidiano; como o trabalho assalariado, que lhe dá condições de repouso remunerado, para que use esse tempo na renovação das suas necessidades. A sociedade atual criou também três elementos que interagem com a necessidade do lazer, sendo que, estes influenciam e são influenciados pelo lazer, que são: o processo de urbanização, a industrialização e a comunicação de massa (BACAL, 2003).

Antes da urbanização causada pelo desenvolvimento industrial não havia distinção entre as áreas de lazer, industriais e habitacionais. Depois que as pessoas chegaram aos locais que estavam desenvolvendo a industrialização, em busca de trabalho e melhores condições de vida, naturalmente elas se instalam em áreas próximas a essas indústrias. Os terrenos que antes desocupados e que serviam de lazer para as crianças, cederam o lugar para construções de fábrica e moradias. As ruas que eram a continuação da casa, onde se realizavam as reuniões com vizinhos, os jardins públicos e as áreas livres eram numerosos e, foram se acabando. Estas áreas estabeleciam um sistema de relacionamento primário, sem muito deslocamento horizontal que configurava ser mais ou menos estático. Com a mudança causada pela industrialização a cidade ficou suja, barulhenta, as ruas que antes eram de moradia se tornaram comércios, as pessoas tiveram que sair do centro da cidade, isolaram-se na nova moradia. Deixando para trás a vida mais harmoniosa. O que está acontecendo atualmente para suprir esses locais perdidos é a edificação de muitas moradias planejadas e construídas com áreas de lazer, mas isso, favorecendo a uma pequena parcela da sociedade. Daí surge a necessidade do planejamento urbanístico, para que tenha os locais com mais áreas verdes e distantes do centro da cidade, para a população urbana faça esse deslocamento horizontal em busca atividades de lazer.

Na industrialização, os processos de mecanização, informatização ou novas tecnologias eliminam os esforços físicos, no entanto, causam monotonia que induz a fadiga psíquica. Esse quadro é provocado pela repetição de movimentos, sejam musculares e de idênticas imagens visuais. Devido à fragmentação das funções, monotonia das atividades causadas pelas tecnologias é fundamental que o homem busque ações que permitam despertar nele o seu ritmo natural, como o lado biológico, lado psicológico e o lado cultural, de forma a aceitar as diferenças. As pessoas sentem no lazer um meio para

liberdade comportamental. É aí que a industrialização influencia na demanda das atividades durante o tempo livre (BACAL, 2003).

Com o advento da comunicação de massa veio à difusão das informações e propagandas de forma maciça, e destinada à massa social. A indústria cultural também usa os meios de comunicação em massa para se divulgar, criando um público de massa, usando a linguagem mais acessível, e contribuindo para desenvolver sobre o imaginário da massa social o desejo, o consumo. Essa produção cultural é determinada pelo mercado, um diálogo entre a produção e o consumo, entre a oferta e a procura. O consumo da cultura de massa tem no seu ápice no lazer moderno. Entre os grandes veículos de dispersão em primeiro lugar está a televisão que leva imagens do paraíso na terra, em cores fabulosas e sons dos deuses. A televisão mora nos lares e tem o poder de provocar atitudes diferenciadas no modo de se fazer lazer, sendo esta também, um meio de abrir os horizontes cósmicos, como um momento de desenvolver uma concepção lúdica da vida (MORIN, 2009; BACAL, 2003).

Essa forma de lazer moderno surge no trabalhador urbano como um momento privado. Apesar de ser uma cultura de massa o lazer sua essência não se envolve com os problemas políticos e religiosos, voltando-se praticamente para a vida privada, o consumo, o bem estar do ser humano, escreve Morin (2009) como sendo o lazer um jardim dos novos alimentos terrestres.

O lazer para o ser humano urbano faz o papel de “amiga e conselheira”, porque se apossa do tempo livre, oferecendo satisfações, criando outras necessidades, para atender as satisfações e expectativas e novos desejos dessa pessoa. Com uma modelagem inversa ao mundo industrial (KRIPPENDORF, 2001).

Com a industrialização dos meios de produção e a necessidade do tempo de lazer, a cultura de massa como ética do lazer impõem modificações na organização urbanística da cidade, levando o governo a planejar e proporcionar áreas de lazer para os seus habitantes. A cultura de massa mobiliza o lazer por meio de espetáculos, competições, orientações em busca da saúde individual durante o tempo de lazer, tornando essa atividade o estilo de vida. Dessa forma resulta uma mudança na cultura, com atitude de valorização nos novos meios de desfrutar o tempo livre (MORIN, 2009).

A palavra lazer não faz referência ao ócio, à contemplação ou uma atitude reflexiva, inerte, ao contrário, ela indica movimento, atividade física, chega a ser uma alienação de prazer, consumindo o que é apreciado. Não transformando nada na

personalidade da pessoa, pois não há experiências internas significativas, o que resta são: as fotos e filmagens, uma recordação vazia do lugar (BACAL, 2003).

O lazer deve ser pensado primeiramente para a população local, depois sim, para os visitantes e turistas. Quando chegam os fins de semana, quando não tem as obrigações das tarefas, profissionais e sociais, os indivíduos procuram locais que possam sair do cotidiano, por isso que se amontoam em filas de carros, de restaurantes, praias entre outros pontos de lazer que a cidade disponibiliza. Essa mobilidade em dias de folga é mais dos habitantes das cidades industrializadas, a razão dessa necessidade se deve pela sociedade que é marcada pela monotonia do cotidiano, que são: a presença das fábricas, dos escritórios, dos imóveis de residência, da malha rodoviária, tudo isso leva o empobrecimento das relações humanas, a coibição dos sentimentos, o desgaste ambiental e o detrimento da naturalidade (KRIPPENDORF, 2001).

Como uma das prioridades dos governos o lazer tem que constar para população. Na visão dos moradores das cidades industrializadas, só existem dois locais, o local de morada, e o local destinado ao trabalho. Dessa forma a influencia é negativa na qualidade de vida, o que não é salutar para o bem estar desses moradores. Um problema a ser resolvido é o afastamento do lazer da cultura e a associação deste ao esporte, esse o problema foi criado pelos próprios governantes, deixando assim uma lacuna no conceito de lazer.

As cidades urbanizadas perderam as áreas verdes para áreas de moradia e indústrias, resultando busca dos habitantes das cidades industrializadas para os locais com ambientes naturais. Existem esforços de alguns governantes em salvar algumas áreas verdes e implantar instalações para lazer, mas sempre são voltados para o esporte, mas que, infelizmente não altera a situação em que se encontram os seus habitantes, porque de certa forma, eles continuam no seu cotidiano. Mas esse cotidiano só poderá ser suportável se ele tiver a certeza que pode sair nos fins de semana e, sobretudo nas férias.

Mas para que este lazer atinja a todos é importante ressaltar a necessidade de divulgação, da distribuição geográfica do lazer na cidade, bem como, os preços acessíveis para todos, desta forma incluindo as classes mais pobres da população (MELO, 2003). E assim, que se proporciona de certa forma, o distanciamento do universo do cotidiano.

Os espaços de lazer para os moradores da cidade envolvem os bens culturais como peças de teatro, apresentação folclóricas, datas festivas, festivais de músicas, teatros, cinemas, museus, bibliotecas, centros culturais, parques entre outros. Nos espaços

destinados ao lazer dos viajantes englobam, além desses atrativos, os monumentos culturais edificados e naturais. Sendo este ultimo o alvo mais usado pelos turistas.

Para realizar a atividade de turismo se exige o deslocamento a qualquer tempo sem que seja preciso esperar os fins de semana ou feriados. O turista sai em busca de lazer, e o lazer da população local serve como atrativo para esse turista. Mas o turista é interessante, pois ele só consome a paisagem depois que passa do momento da experiência vivida, isso acontece através de fotos ou filmagens, isto é, uma forma de alienação, pois o importante desta pessoa é ter provas de que passou por aquele lugar (BACAL, 2003).

Mas para entender o que é o turismo, se torna importante conhecer um pouco da história dessa atividade. De acordo com Oliveira (2005) foi na França no início do século XVI onde eram realizados dois tipos de viagem de turismo o Grand Tour e o Petit Tour.

O Grand Tour era para jovens ingleses que viajavam para complementar a sua formação viajando pela França, Suíça e Itália, e nessas viagens eram acompanhados por cicerones que conheciam bem a história do lugar. O Petit Tour era a viagem ao Vale Loire e retornando a Paris. O que intensificou os deslocamentos humanos foi às ferrovias, que iniciaram no século XIX que favoreceu as viagens de grandes distancias dentro Europa.

Em 1841 finalmente uma viagem foi organizada com as características de turismo moderno. O inglês Tomas Cook organizou uma viagem de trem para 570 pessoas entre as cidades de Leicester e Loughbouroug, dentro da Inglaterra, a sua iniciativa teve tanto sucesso e ganhou proporções de agência. E hoje é considerada a primeira agência de turismo do mundo, conforme Ignarra (2003). Com o surgimento dos transportes marítimos que desenvolveram bastantes muito, também favoreceu ao turismo em viagens intercontinentais, principalmente entre a Europa e os outros continentes. Mas ganhou grandes proporções depois que a aviação foi inserida como meio de transporte comercial, isso logo depois do final da segunda guerra. Tornando as viagens mais rápidas e menos onerosas (IGNARRA, 2003).

Para os turistas que fazem parte de um mercado de lazer mais seletivo, participam das atividades que são oferecidas numa localidade na sua plenitude. De acordo com Melo (2003), chega a colocar em risco as manifestações da cultura popular, porque a indústria cultural oferecida para o turista é linear, superficial, de forma que reduzir as possibilidades de vivências de lazer pela população local.

É importante compreender que a existência ou a permanência do turismo como atividade econômica, é imprescindível, evidentemente, que exista atrativos locais que tanto podem ser naturais quanto construídos pelos seus habitantes, como os aspectos culturais.

De forma mais explícita, existem os segmentos do turismo e os territórios destinados para todos os grupos de turistas.

1.1 Territórios destinados para o turismo e lazer

Os ambientes naturais ou conservados são os territórios para desenvolver atividades de turísticas e de lazer voltadas para a natureza. Para isso, é fundamental ter planejamento territorial que leve em conta às restrições do lugar; use os critérios da sustentabilidade, o ambiental, econômico e o social.

Existe influência do território nos habitantes, assim como, dos habitantes que influenciam na organização do território. Essa influência vai de acordo com seus interesses econômicos, políticos, sociais coletivos ou individuais. Conforme Faria (2007) o território irá ter a forma e a função em combinação com os interesses da sociedade que dele se apropriarem. Essas manifestações estão presentes nas escalas geográficas, tanto na local, como a regional ou no país. De forma que, os habitantes estarão imersos no sentimento de pertencimento como no modo de agir em um determinado território.

No turismo e lazer precisa ser demarcado o território para as atividades, e em conformidade com o público alvo. Tanto as atividades desenvolvidas em ambiente natural como nos espaços urbanos, ambas destacando os seus limites para atender a procura do consumidor (RODRIGUES, 1996.). Ambos os espaços estão sob a mira do turista, que quer consumir a paisagem do local.

O olhar do turista e do visitante é estimulado pelas belíssimas paisagens que são comercializadas nos meios de comunicação, como a paisagem com selva, a neve, a paisagem da praia, montanhas, cachoeiras entre outras belezas da natureza. Nas paisagens urbanas estão as edificações antigas, que contam as histórias do lugar, ou as modernas que mostram o talento da engenharia e arquitetura atual. O comum desses territórios é serem vendidos na forma de apreciação, diferenciadas apenas pela maneira de serem consumidas em seus espaços.

Uma maneira de transformar a paisagem natural é em relação à atividade de turismo que é praticada no local. E no ambiente urbano, com a produção histórica espacial. Conclui que o turismo é uma atividade que produz um espaço (RODRIGUES, 1996). No turismo a divisão territorial pode ser feita pelo menos sob dois aspectos, de macro e micro abrangências. No aspecto macro se configura como âmbito de iniciativas destinadas aos grandes investimentos como os resorts, parques temáticos, implantação de

empreendimentos que modificam a paisagem e cria um novo território. No aspecto de micro abrangência as iniciativas se limitam ao empreendedorismo local. Estes são projetos relativamente modestos, mas inovadores e criativos, de modo que possibilitam um envolvimento da comunidade local e tem grandes vantagens na geração de benefícios imediatos. Esta iniciativa de turismo segundo Rodrigues (2007), envolve o patrimônio e a identidade cultural da comunidade hospedeira.

Nos lugares onde as comunidades estão abrindo as portas para a atividade do turismo, é vital que sejam compreendidas e socializadas a história e cultura locais, considerando que ambas são atraentes para o visitante e desencadeiam novidades que o turista busca no lugar. A transformação de um lugar com atrativos para um território de turismo deve ser considerada tanto a produção de uma infraestrutura física e logística quanto à formação de um serviço especial de recepção ao turista.

A infraestrutura deve contemplar as necessidades básicas para se receber o turista, como: banheiros públicos, parque, praças, restaurantes, meios de locomoção, hotéis, pousadas, estradas de acesso, lojas, mercadorias e outros. O aspecto referente à recepção dos turistas é sem dúvida um dos mais problemáticos. Fazer um entendimento do tratamento a ser dado a esse visitante e o acolhimento requer uma formação e altruísmo que necessita de capacitação e formação contínua. Não basta apenas dizer que o lugar é de turismo se esse lugar não for imbuído de uma territorialidade turística. O não entendimento dessa situação pode representar o fracasso da iniciativa seja pelo afastamento dos turistas ou pela depredação do ambiente físico e social. Uma comunidade despreparada nesses aspectos pode estar iniciando um processo de danos causados tanto na economia local quanto na estrutura sociocultural da comunidade. A falta de planejamento pode levar ainda a uma perda da identidade cultural, que a partir do contato com os visitantes, os comunitários podem se sentir atraídos pelos seus costumes e passa então a incorporar estrangeirismos nocivos e artificiais.

Essa identidade territorial turística exige, pois um longo processo educativo que inclui verificar as expectativas locais, o entendimento da proposta e do planejamento econômico. Embora muitos estudos apontam comunidades onde o turismo seria propício pelas condições físicas de atratividade, porém desconsideram aspectos relativos às pessoas que irão protagonizar essa atividade. O sucesso para a criação de um território turístico requer, pois planejamento, formação e investimento.

1.2 Desenvolvimento da atividade de turismo em RDS

A atividade turística é dividida em vários segmentos, cujo termo segue critérios econômicos e sociais de onde é desenvolvida a atividade (IGNARRA, 2003). Os atrativos culturais se referem aos sítios históricos, arqueológicos, arquitetura do lugar, culinária, monumentos, polos industriais, museus, shows, musicais e teatros. Os atrativos nesses lugares são os megaeventos, os eventos comunitários, festivais, eventos religiosos, e esportivos, feiras comerciais e empresariais. Já os atrativos de lazer incluem passeios, jogos, natação, trilhas, ciclismo e esporte. Os atrativos chamados de entretenimento são os parques temáticos, de diversão, cassinos, cinemas, comércio, centro de apresentações artísticas e complexo de esporte. Os atrativos naturais se referem à paisagem física, seja de relevo (montanhas, vales, planícies, praias, cânions, ilhas, rios, etc), sobre a cobertura florística (tipo de vegetação), presença da fauna local, entre outros.

As atividades de lazer realizadas ao ar livre estão relacionadas ao turismo de aventura que são os acampamentos ao ar livre noturno, pesca esportiva, ciclismo, mergulho, canoagem e outros. (GOELDNER, 2002). Atividade de turismo desenvolvidas em ambiente natural era caracterizada como turismo de natureza, ou seja, a busca do indivíduo urbano por locais e estilo de vida mais rústicos e naturais. Nesse caso o turista trocar as férias tradicionais por alternativas junto ao meio bucólico, que por muitas vezes podem ser até mais estimulantes. O termo “turismo de natureza” é bastante abrangente, uma vez que envolve todas as formas de turismo praticado ao ar livre. Atualmente novos termos foram sendo adotados tais como o ecoturismo, turismo de aventura, turismo responsável, turismo sustentável, entre outros. Essa especialização teria uma compreensão mais objetiva do fim dado ao turismo executado. Todas as atividades, no entanto devem seguir normas e critérios de conservação ambiental e devem ser compartilhadas com a população local (MCKERCHER, 2002).

O turismo de aventura se refere a um tipo de atividade que é praticado por pessoas que estão em busca de emoções radicais, com níveis elevados de adrenalina. Um exemplo seria o destino a lugares inóspitos e de risco controlado como descer corredeiras em barcos infláveis, ficar o mais perto possível de crateras de vulcões ativos, mergulhar em rios de difícil acesso, escalar montanhas, explorar grutas e cavernas entre outros (OLIVEIRA, 2005). Não menos interessante está o turismo rural que é praticado em locais como fazendas, sítios ou chácaras. A emoção presente nessas atividades é a diferença de estilos de vida e relação com o ambiente físico. Nesse caso o visitante tem a oportunidade de

participar do cotidiano daquelas pessoas que estão em contato direto com o ambiente físico a partir de práticas e costumes singulares.

Observa-se desse modo, que o turismo em ambiente natural tem vários termos, mas em ultima instância tem finalidades semelhantes, isto é, de valorização do ambiente natural e respeito à cultura da comunidade local. Com o aproveitamento do patrimônio natural e cultural estaria pondo em ação o incentivo para a conservação e a formação da consciência ambiental. O turismo realizado em ecossistemas naturais possibilita uma aproximação com a natureza das pessoas que estão distante dessa realidade além de possibilitar uma aproximação com as manifestações culturais de baixo impacto ambiental (BLANGY, 2001; PETRINE, 2007; MOLINA, 2001). Estudos mostram que o turismo pode ser um caminho de conciliação entre sociedade e natureza, desde que esteja respaldado nos princípios da proteção ambiental e na valorização das comunidades locais e cuja meta seja o desenvolvimento na sustentabilidade (CAVALCANTI, 2011).

1.3 Exemplo de turismo em Unidade de Conservação

No ano de 1994 foi criado através da portaria no. 130/94, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) – por meio do então Ministério do Esporte e Turismo, e sendo a EMBRATUR o órgão responsável por sua execução. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT) que entregou o planejamento do turismo nas mãos do poder municipal. Para tanto foi elaborado o Manual de Municipalização do Turismo com a finalidade de orientar os municípios da federação a planejar e desenvolver o turismo, com a participação da comunidade e formação de conselhos. Iniciou-se assim, a tendência de descentralização do turismo brasileiro.

A proposta do PMNT para municipalização do turismo foi de fundamental importância para o desenvolvimento equilibrado da atividade de turismo, como: revertendo impactos ambientais causados pela atividade e sensibilizando a comunidade local da importância da conservação do ambiente natural, e reforçando a cultura local, desse modo evitando ou reduzindo o impacto causado pela atividade (MARIANI, 2007).

Como o Manual de Municipalização do Turismo (2001) deposita as decisões de planejar e implementar o turismo sustentável com a participação comunitária e de acordo com as potencialidades ambientais das cidades, vilas, regiões, locais de relevância turística e zonas rurais. O ecoturismo é uma linha direta com o planejamento participativo, tornando-se um meio de trazer benefícios aos lugares mais longínquos deste país. Está

ascendência as viagens que procuram o ambiente natural, colocando o Brasil em situação privilegiada, diante de diversas paisagens naturais, juntamente a história da sociedade e a cultura do povo, esta transformando as áreas naturais e protegidas em territórios potencialmente aptos para o ecoturismo (CAVALCANTI, Ibid). Vemos abaixo exemplos de cada região do país onde tem comunidade envolvidas com o ecoturismo.

No nordeste brasileiro temos o Parque Nacional (Parna) da Chapada Diamantina onde o ecoturismo mais cresce, o local tem como atrativos naturais os rios, cachoeiras, corredeiras, serras, grutas. Para conhecer as paisagens naturais é indispensável caminhar nas trilhas, onde se pode fruir de um autêntico paraíso ecológico como a Cachoeira da Fumaça, Poço Azul, Morro do Pai Inácio, Cachoeira do Sossego, Poço Encantado, Cachoeirinha e muito mais (LOPES, 2003). Abriga a comunidade de Mato grosso que são descendentes de portugueses que só se casam entre si. Eles ficam a 1500m (acima do nível do mar), e duas comunidades negras Bananal e Barra que são descendentes de africanos estão em outra área, a 1050m acima do nível do mar.

Na região centro oeste temos como exemplo a Parque Nacional (Parna) da Chapada dos Veadeiros, onde há um crescente fluxo turístico, que explora a bela paisagem, as inúmeras cachoeiras e cânions existentes e também o misticismo que cerca o local, também existe na chapada comunidades quilombolas como a população Kalunga. Comunidade formada por negros descendentes dos primeiros quilombolas, essa comunidade também está inserida no roteiro ecoturismo da região centro-oeste (GONÇALVES, 2004).

Na região sudeste tem a Reserva Biológica (Rebio) da União que fica no estado do Rio de Janeiro, que anteriormente era conhecida como Fazenda União. Uma propriedade da companhia ferroviária inglesa "The Leopoldina Railway Company Limited S/A", na época da companhia explorava-se a madeira nativa que servia as caldeiras das locomotivas a vapor. Hoje o local é protegido por Lei e realiza trabalhos para interagir com a comunidade que vive ao entorno da reserva. Como a abertura de trilhas interpretativas com objetivos educacionais, e um Centro de Convivência, onde se recepciona o turista e o visitante que vão à procura de conhecimento de cunho ambiental.

Na região sul do Brasil tem a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, localizada no litoral norte do Paraná, é reconhecida nacionalmente pela riqueza da biodiversidade que a caracteriza, contendo o maior fragmento contínuo dos remanescentes da Floresta Atlântica. Grande potencial para o ecoturismo, em especial o de base comunitária, pois reúne população em processo ativo de articulação e organização social, ambiente natural extraordinário, patrimônio cultural fortemente influenciado pelas

relações com a natureza, relativa estabilidade populacional e densidade demográfica que viabilizam a convivência saudável entre sociedades humanas e naturais.

O exemplo da região norte está a RDS de Mamirauá, que serve como modelo, de como é possível harmonizar a pesquisa científica, gestão participativa, aumento de renda para comunidade local e turismo com a preservação do ambiental. Para prosseguir com o programa conta com apoio de projetos. A RDS é uma das unidades internacionalmente protegidas pela Convenção Ramsar¹, Mamirauá faz parte do maior corredor ecológico brasileiro, juntamente com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amanã e o Parque Nacional do Jaú. Cada UC tem suas peculiaridades ambientais e sociais, mas onde o turismo em ambiente natural existe, há também um histórico de impactos.

1.4 Impacto da atividade de turismo e lazer

As atividades turísticas e de lazer são tidas como impactantes quando há mudanças ou uma série de eventos provocados nas localidades receptoras (CHINAGLIA, 2007). Como a geração de emprego e renda, fixação da população no seu local de origem; melhoria nas infraestruturas de transportes, comunicações e saneamento; criação de alternativas de arrecadação para as Unidades de Conservação (UCs), fortalece o patrimônio natural e cultural; redução dos impactos negativos no plano estético-paisagístico, melhoria nos equipamentos das UCs. Quando planejado o turismo e o lazer em ambiente natural é uma forma segura para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades de baixa renda que vive em UC (SALVATI, 2002).

O turismo como um segmento econômico foge a regra geral da economia, sendo difícil de avaliar, e está sempre oscilando entre a supervalorização e a subestimação. A avaliação da atividade vai sempre depender da origem é o interesse do avaliador. A atividade é superestimada quando avaliada de forma benevolente, porque usa dos instrumentos comuns a população local, tais como: transportes, alimentação e outros, aumentando o consumo deles. O turismo é subestimado quando é avaliado pelos mesmos instrumentos que não são destinados somente a essa atividade, sendo comum que mude a intensidade de uso conforme com a sazonalidade. Nos serviços prestados, torna-se itinerante, difícil de ser analisado, além de, ter muita obscuridade fiscal, muito trabalho

¹ Convenção de Ramsar é um tratado intergovernamental que estabelece o quadro de ação nacional e cooperação internacional para conservação e utilização racional das zonas úmidas e seus recursos. Disponível em: < <http://www.ecoa.org.br/canal.php?c=560> > Acesso em: 05.08.11

oculto. E em relação aos turistas é complicado também difícil de contabilizar, pois, como qualquer outra população em movimento é difícil de contabilizar (KNAFOU, 1996).

Os impactos nem sempre são imediatamente visíveis no ambiente natural, mas por certo deixam suas marcas mais cedo do que se imagina, Isso ocorre devido à fragilidade dos ecossistemas em não suportar o turismo de massa, a infraestrutura necessária ao turismo, quando mal planejada modifica muitas vezes a paisagem, desregula o sistema hídrico da localidade e entre outras conseqüências. Esses agentes nem sempre aparecem devido à complexa rede em que envolve o turismo e o ambiente natural. Por outro lado, o ecoturismo tem contribuído para a redução dos impactos negativos sobre o ambiente natural, porque é uma forma de viajar que incorpora o compromisso com a proteção à natureza, deforma que há responsabilidade do visitante com o meio visitado (CHINAGLIA, *ibid*).

As mudanças do ambiente físico não são os únicos impactos numa atividade mal elaborada. Juntamente com a degradação do ambiente vem a degradação da estrutura social das comunidades locais. Os impactos negativos que estão sujeitos a acontecer nas comunidades receptoras são desfechos por estar despreparada e sem planejamento para o turismo, e tem, como efeito, a destruição cultural e social desses pólos receptores, e induzindo os desvios sociais graves como: aumento da prostituição e uso de drogas. (KNAFOU,1996). Salvati (2002) diz que a pressão do turismo sobre a população local pode se manifestar nos aspectos da saúde, da segurança e do bem estar da população.

Os principais impactos negativos deixados pelos turistas é poluição material, deixando uma quantidade expressiva de resíduos sólidos (garrafas, latas e outros); poluição visual e auditiva e depredação da flora. (BARRACHO, 2001). Diante dos estragos causados “inconscientemente” pelo turista.

A atividade de turismo e lazer em ambientes naturais pode desencadear, ainda a chegada da especulação imobiliária e iniciar uma ocupação desordenada do local ou de áreas consideradas turísticas ou de proteção ambiental. O mais perverso é a exclusão de grande parte população local de onde se situa a atração turística, sendo esses, que serviam antes para o lazer da comunidade (CORIOLANO, 1998). Outro detalhe não menos preocupante, se refere à exigência dos turistas que embora procurem a rusticidade do ambiente, esperam um conforto e um cuidado e conservação da natureza admirada. Esses aspectos são fundamentais para uma base empreendedora de turismo em ambiente natural.

É comum se falar que no turismo se deve minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos. O turismo de natureza se bem pensado contribui para redução

dos impactos negativos sobre o ambiente natural. Na expectativa do turista é uma forma de viajar que incorpora o compromisso com a proteção à natureza, de forma que, há responsabilidade do visitante como o meio visitado (CHINAGLIA, 2007). O importante para enfrentar esse desafio é primeiramente conhecer as pessoas, que são dotadas de ideias e comportamentos singulares sobre o lugar e suas características ambientais. Por isso estudar o modo como as pessoas percebem o ambiente pode nos revelar aspectos e práticas que se reproduzem na comunidade. Como estaria, diante desses pressupostos o turismo e lazer realizados na REDES Tupé? Como os moradores avaliam esses aspectos de turismo e lazer conjugando conservação ambiental e geração de renda? Qual é a percepção desses moradores a esse respeito?

Os desafios da atividade de turismo e lazer são muitos, mas podem ser minimizados a partir de estudos que contemplem todas as dimensões dessa realidade ambiental e social. Uma das formas é o estudo dos modos de pensar da população a respeito da atividade de turismo e seus objetos. Essa compreensão pode ser alcançada pelo estudo das percepções ambientais.

2 TUPÉ: ÁREA DE ESTUDO

A Redes do Tupé foi criada por Decreto Municipal em 25 de agosto de 2005, sob a gestão da antiga Secretaria de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA). Localizada na área rural de Manaus a REDES é banhada pelas águas do rio Negro possuindo vasta beleza natural com praia de areias claras que ressurge a todo ano durante a vazante do rio que concede, ainda, o surgimento de uma cachoeira alguns quilômetros floresta adentro. Durante o período das cheias dos rios, as árvores ficam em baixo d'água formando assim a floresta de igapó, igualmente bela, surgindo - neste caso e também na área interior - um grande lago emoldurado pela floresta nativa. De acordo com Ab'Sáber (2003), há notáveis visuais no conjunto de paisagens amazônicas, que são verdadeiros mar de água doce que estão emoldurados pelas cores de tons escuros do céu amazônico.

Subindo o rio Negro em lanchas - ou como são chamadas regionalmente de "voadeiras" - depois de 30 minutos se chega à praia do Tupé cuja proximidade com a cidade de Manaus está sofrendo com a pressão urbana. A gestão atual é feita pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) que tem a responsabilidade de elaborar do Plano de Manejo, que infelizmente ainda não foi concluído.

A REDES do Tupé foi criada numa área de 11.973 há (onze mil, novecentos e setenta e três hectares) e abriga seis comunidades que são Julião, Agrovila, Nossa Senhora do Livramento, Tatu, Colônia Central e São João do Tupé. Este trabalho se limitou a Comunidade São João do Lago do Tupé por ser um lugar que mais recebem visitantes e turistas e por seu potencial natural para o turismo.

Vale a pena citar a forma poética de Aziz Ab`Saber quando se refere ao Rio Negro, sendo um rio que modifica a cor entre o marrom-tijolo e pó-de-café, com raros e pequenos bancos de areia, formado em alguns lugares rebaixados das margens rio. Nesta paisagem do rio aparecem os furos que interligam o rio principal com braços de rios, outros furos cortam ilhas fluviais e outros interligam a beira do rio com lagos de várzea. Os igarapés de águas negras são apreciados pela mansidão das águas, e este foi fundamental para ocupação indígena da Amazônia, a boca do igarapé funciona como um portal para adentrar aos domínios da mata. Retirando deste o fundamental para sobrevivência como água para beber, peixe para alimento e banhos.

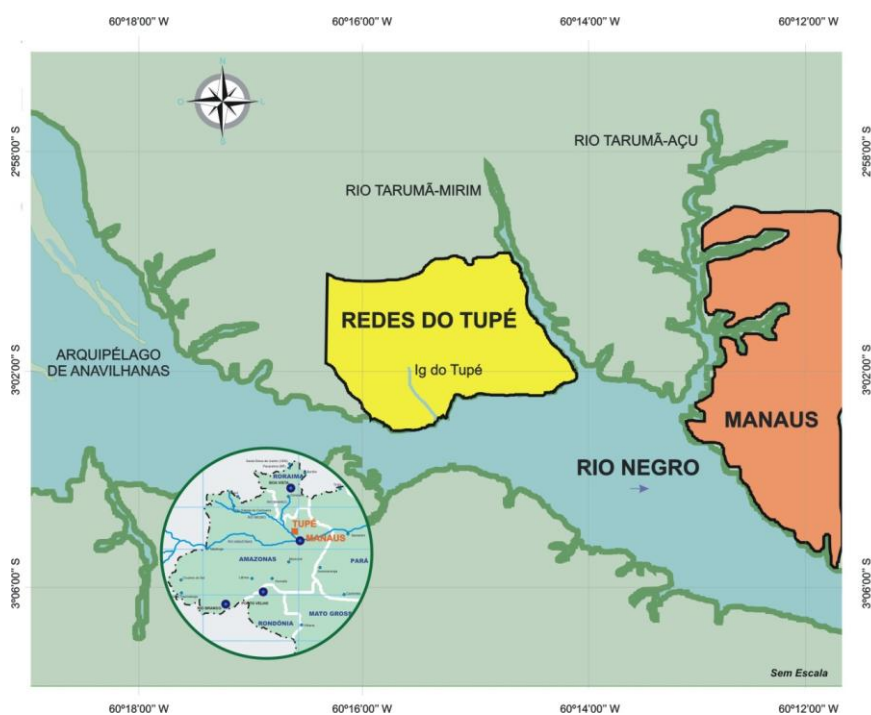


Figura 1-Mapa da REDES - **Fonte:** Arkbal Sá Peixoto/2012

Saindo de Manaus e subindo o Rio Negro pelas proximidades da sua margem esquerda o primeiro grande curso d'água que se depara é o Rio Tarumã-Açu – chamado simplesmente de Tarumã - que espalha seus braços por pontos importantes do município de Manaus. Logo depois da desembocadura do Tarumã, surge com clareza as terras altas

que Ab' Saber chamou de “tabuleiros”², concedendo com maior ou menor intensidade, espaços para o surgimento de praias, principalmente nos períodos de estiagem. Dessas praias, a mais conhecida e mais próxima da capital amazonense, é denominada de Praia da Lua que atrai centenas de pessoas principalmente nos fins de semana. Depois da praia da Lua e até o próximo rio, o Tarumã-Mirim, encontra-se diversos outros trechos de areia ponteadas por pequenas árvores que nas cheias transformam a área em um igapó e nos períodos de vazante assemelham-se a um bosque, ainda que rarefeito. Esses trechos de praia não são intensamente utilizados para o banho, pois são abrigos da fauna e no seu fundo esconde tocos e raízes, que são perigosos tanto para os banhistas quanto para as embarcações que dela se aproximam. Ultrapassando o Tarumã-Mirim, começa a REDES do Tupé que em tudo se assemelha ao trecho anterior quando visto, evidentemente, do meio do rio Negro. Os tabuleiros ou as falésias³ rionegrinas, cedem espaços aqui e acolá para a areia, até que se rendem em definitivo justamente na belíssima ponta de areia branca e fina, denominada de Praia do Tupé.

Até chegar a ser uma RDS essa UC passou por várias categorizações. Em 1990 pela Lei Orgânica do Município de Manaus –LOMAM a praia do Tupé foi declarada como Área de Relevante Interesse Ecológico; Depois de cinco anos ficou sendo Unidade Ambiental do Tupé (UNA-Tupé); Em 1999, o Decreto Municipal No 4.581 institui como Espaço Territorial de Relevante Interesse Ecológico. No mesmo ano, através da Portaria No 18/99, de 24.06.99, a SEDEMA instituiu o Regulamento da Área de Relevante Interesse Ecológico do Tupé (ARIE - Tupé); Em 2002, por meio da Resolução No 002/2002- do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) regulamenta de uso das unidades de conservação municipal estabelecendo a legislação federal do SNUC, pela Lei Nº 671/02, a UNA –Tupé foi enquadrada como Reserva de Desenvolvimento

² Na Amazônia predominam dois termos: a “terra firme” e a “várzea”. No científico, a terra firme não é igual em toda parte, tendo grande continuidade e homogeneidade nos tabuleiros ondulados da Amazônia e modificações setoriais em diversos pontos devido ao contraste nos solos aflorantes. Aziz Ab'Sáber : problemas da Amazônia brasileira. Entrevista a Dario Luis Borelli. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira durante a sua “viagem filosófica” empreendido entre 1783 e 1792 também se referiu aos tabuleiros do Rio Negro e assim narrou uma de suas visitas à Manaus, então Fortaleza da Barra: “Pelo tabuleiro superior da barreira ao primeiro bairro, está disposto o arruamento de casas sobre 3 linhas de fundo” (Página 318) FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.

³ “A capital do maior estado brasileiro, Manaus se situa na margem esquerda do Rio Negro, a 20 km da sua confluência com o rio Solimões, que juntos irão formar o rio Amazonas. Em função do encaixamento do Rio Negro, encontram-se falésias de 20 a 50 metros de altura.” Definida assim por Jacob (2006). “Esse nível silicificado ocorre na base de uma falésia desenvolvida na mesma formação geológica e é encoberta pelas águas do Rio Amazonas durante as épocas de chuva.” (Franzlinelli, 2011). “Faixa de contato com o rio Negro caracteriza-se por falésias de 20 a 50 metros que devido à abrasão terminam bruscamente em faixas de praias arenosas.” (Cruz, 2012).

Sustentável do Tupé - REDES do Tupé. Que teve que esperar a transição para troca de categoria, até 2005. No ano seguinte pela Resolução No 040/2006, o COMDEMA aprova o Regulamento Interno da REDES do Tupé e a formação do Conselho Deliberativo daquela reserva.

2.1 Histórico da criação da unidade de conservação

Considerando que a REDES do Tupé é caracterizada como uma Unidade de Conservação, é importante descrever como esses territórios de demarcação de proteção ambiental foram instituídos no Brasil. Essa trajetória ocorreu há muitos anos, mas somente nas últimas décadas se tornou mais conhecida pela sociedade. Isso porque as questões socioambientais ambientais eram um assunto externo à ação humana e agora preocupação ecológica só está em ênfase porque essas questões não estão mais alheias à vida social humana, mas, esta totalmente em volta.

A crise ambiental criou questões sobre a plasticidade da vida humana atual. Os seres humanos têm tomado ações práticas e éticas sobre a natureza (BECK, GIDDENS, LASH, 1997). A confiança de que aproximação com a natureza traga algum tipo de benefícios é uma ideia antiga. Por isso no último século justifica-se a maior criação de unidades de conservação, que são locais considerados redutores do estresse urbano e fornecedores de bem-estar psicológico, são locais que promovem a saúde. Esta sensação é denominada na psicologia como biofilia, que é definido como pré-disposição da genética humana para se relacionar com a natureza causando-lhe uma sensação de efeitos positivos (FEDRIZZI, 2010).

A ideia de criação de áreas protegidas no Brasil surgiu com André Rebouças, que era engenheiro civil e abolicionista e foi quem primeiro que propôs o estabelecimento de parques nacionais em 1876, seguindo a iniciativa americana de 1872 (PÁDUA, 2004). Durante a década 30 o governo brasileiro deixou de ser ruralista e deu início ao processo de industrialização e urbanização do país. Naquele momento a questão ambiental constou nas pautas das reformas, que apontaram o fortalecimento do Estado e de suas instituições (MEDEIROS, 2006). Essas mudanças foi uma oportunidade que os ambientalistas aguardavam para defender a ideia de criação de áreas protegidas, seguindo uma tendência internacional.

Na segunda Constituição republicana brasileira de 1934 esse ideário ficou registrado pela primeira vez como proteção à natureza. No texto ficou definida como

responsabilidade da União “proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico e artístico”. Mas a maioria das criações de áreas protegidas ocorreu durante a ditadura militar iniciada em 1964, quando algumas populações tradicionais começaram a resistir à expulsão, reinventando formas de adequação dos recursos naturais. Isso só foi possível com parcerias com movimentos sociais e progressiva mudança do conceito de áreas protegidas, conforme Diegues (2008). Esse mesmo autor afirma que, se justifica a permanência de populações tradicionais na área protegida não somente pela proteção e conhecimento tradicional, mas que eles sejam exemplos a serem avaliados pela civilização urbano-industrial na elucidação necessária de suas relações com a natureza.

O modelo norte americano do século XIX foi seguido por muitos países tropicais, onde não deveria ter a presença humana nessas áreas de beleza cênica. Diante de tal modelo iniciaram os conflitos nos países tropicais, como existem índios e populações tradicionais, que agem e vivem de forma não agressiva com a natureza, desenvolvendo meios e técnicas de manejo, protegendo e conservando o meio natural onde habitam.

Resguardando o direito ao meio ambiente a Constituição Federal de 1988 proclama que o Brasil é um estado democrático de direito esta no Inciso LXXIII do art. 5º que qualquer cidadão tem legitimidade de propor ação popular que anule atos danosos ao meio ambiente. No Caput. VI Do Meio Ambiente da CF Art. 225 consta que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, e que ele é bem de uso comum sendo essencial à qualidade de vida. Impõem ao poder público e a sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. O parágrafo 1º do Artigo 225 assegurou a efetividade desse direito e incumbiu ao Poder Público as regulamentações necessárias.

No início do século XXI a Lei n. 9.985 de 18/07/00, que fez a regulamentação que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que estabelece critérios e normas para a sua criação e a implantação das Unidades de Conservação (UC). O SNUC tem por objetivos, contribuir para proteção da diversidade biológica, proteger as espécies ameaçadas de extinção, contribuir para preservar e restaurar a diversidade dos ecossistemas naturais, promover o desenvolvimento sustentável entre outros. O SNUC é administrado é formado por conselho consultivo e deliberativo, composto pelo Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) – que atua como o Órgão central. Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), juntamente com os órgãos estaduais e municipais, como órgãos executores, atribuição de implementar o SNUC e subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Atualmente o

SNUC esta sob gerencia do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que cabe ao Instituto executar as ações, propor, implementar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs da União.

A definição de uma UC consiste na delimitação de um espaço territorial legalmente instituído pelo poder público, com seus limites definidos para justapor as garantias de proteção do território. Consta nas disposições preliminares da Lei n. 9.985 que as UCs devem ter como parâmetros delimitadores a conservação da natureza, a diversidade biológica, os recursos ambientais, a preservação, a proteção integral, conservação in situ, o manejo e o uso das UCs. O uso das Unidades de Conservação pode ser de uso direto - onde são permitidas o uso de parte do recurso natural - e as de uso indireto que são de posse do domínio público e administrada pelo governo e nela não pode haver intervenção do homem. Ainda de acordo com essa Lei, para a criação, implantação e gestão das UCs devem ser feitos estudo técnicos e consulta pública para identificar sua localização, suas dimensões e seus limites.

A Lei da Unidade de Conservação não deixa dúvidas quando faz a divisão entre as áreas das Unidades de Proteção Integral e as de Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral se caracterizam por não ter consumo, coleta, ou aniquilamento dos recursos naturais, salvo em caso de uso indireto dos seus recursos naturais previsto em Lei. Esta área é composta de cinco categorias, cada uma com suas características: Estação Ecológica, Parque Nacional, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As de Uso Sustentável tem por objetivo ajustar a conservação da natureza com o uso sustentável sendo esta com Uso Direto de uma parte dos seus recursos naturais. Também possui categorias: Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Econômico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Nacional.

Ainda na A Lei n. 9.985, consta que as UCs devem ter um plano de manejo que compreenderá toda a área da unidade, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos com o objetivo de inclusão econômica e social das comunidades. É importante que esse plano seja concebido para execução em um prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. De acordo com Molina (2001), as áreas protegidas são os maiores instrumentos para conservação dos ecossistemas, e tem como base no ordenamento territorial, o caráter jurídico e plano de manejo.

O estudo deste projeto será restrito a categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de uma Unidade de Uso Sustentável, REDES TUPÉ, que de acordo com as pesquisas, é um desafio para os moradores que vivem nestas áreas conciliar o desenvolvimento com a proteção do ambiente natural.

2.2 Reserva de Desenvolvimento Sustentável

As RDSs são áreas naturais e nelas vivem populações tradicionais, que têm como subsistência a exploração dos recursos naturais. Essas mesmas populações têm um papel importante na proteção ambiental, porque adquiriram hábitos de exploração das condições de seus territórios.

Amparadas por Lei as populações tradicionais ficaram regulamentadas por contrato, constar nele a obrigação de participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da RDS. A administração da unidade ficou com a responsabilidade em estabelecer normas específicas que regulamentem a ocupação e o uso não só da RDS bem como das zonas amortecimento, exigidas em cada UC.

Afirma Medeiros (2005) que as RDSs foram originadas diretamente de interesses científicos e preservacionistas, e a origem desta categoria está intrinsecamente ligada ao Projeto Mamirauá, que dentre os seus objetivos pretendeu atender as demandas de cientistas e da comunidade local. Diante dessas demandas, o Projeto Mamirauá enquadrou-se na categoria de RDSs e se tornou uma das primeiras reservas do estado do Amazonas. Um dos primeiros desafios dessa RDS foi acordar o modo de vida das populações ribeirinhas com a preservação de espécies da região ameaçadas de extinção.

As RDSs concebem um avanço na compreensão de áreas protegidas no Brasil ao incorporar aos objetivos da conservação junto às ações de inclusão social e econômica das populações diretamente afetadas. As RDSs são também uma forma de contribuir para a redução dos conflitos fundiários, um dos principais obstáculos ao funcionamento dessas áreas protegidas (MEDEIROS, *ibid*).

Sachs (2009) afirma que as reservas não podem ser intocadas e invioláveis, e que esse pensamento é um conceito do conservacionista americano. O autor continua a criticar o modelo estadunidense, justificando que deve haver o envolvimento das pessoas que vivem na área protegida e em seu entorno, porque muitas vezes o local é alterado e enriquecido pela presença delas. Para realizar o trabalho de cooperação da comunidade que vive nas reservas, deve-se primeiramente estimular a participação dos comunitários para

neles despertar a “ecologização do pensamento”, conforme Morin⁴ (Apud Sachs, 2009). Para Sachs (ibid) a conservação da biodiversidade entra em cena depois de uma longa reflexão sobre o futuro da humanidade que é a biodiversidade, que precisa ser protegida para se garantir o direito das futuras gerações. Isso, no entanto, não significa que o local deva se transformar em templos privilegiados, mesmo sabendo que existe necessidade de proteção como parte imanente da gestão territorial. É inegável a necessidade da proteção das reservas bem como a manutenção dos habitantes, que em muitos casos podem funcionar como protetores contra atividades ilícitas realizadas por pessoas estranhas.

A United Nations Environment Programme (UNEP)⁵ (2008) esclarece que há necessidade de se ter meios para subsistências para as populações que vivem fora do meio urbano, com uma melhor distribuição dos custos e benefícios entre as cidades industrializadas e cidades não industrializadas, o que infelizmente não é equitativa. Diante dessa atual situação, eis que surge um problema de subsistência, que precisa ser abordado pelas comunidades que vivem nas áreas protegidas. Mas, não é apenas a distribuição mais justa da economia que vai paralisar a exploração ao ambiente natural, outro atenuante positivo é criação das reservas, sem a retirada dos seus habitantes, que tem a capacidade de funcionar como protetores contra atividades ilícitas, realizadas por pessoas estranhas ao território.

O turismo em ambiente natural pode ajudar na preservação da RDS, mesmo porque, o território esta sujeito a arruína-se com a ação ecológica causada pelo tempo. Para a comunidade que viver em RDS, pode com o turismo vislumbrar benefícios, já que utilizam os recursos florestais no seu dia a dia, poderão usá-los indiretamente, como por exemplo: levar turistas para conhecer os recursos naturais, oferecer seus frutos e artesanatos e outros.

As Reservas de Uso Sustentável com seus distintos biomas são atrativos turísticos com potencial para atividade e para o lazer. Mas o turismo e o lazer não podem ser considerados a única forma de economia da comunidade. Eles devem ter outros meios econômicos para garantir a renda durante a sazonalidade.

No ano de 1994 foi criado através da portaria no. 130/94, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) – por meio do então Ministério do Esporte e

⁴ Do livro Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável de Ignacy Sachs. p. 66.

⁵ UNEP significa em inglês: United Nations Environment Programme, que é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cuja sigla é PNUMA.

Turismo, e sendo a EMBRATUR o órgão responsável por sua execução. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que entregou o planejamento do turismo nas mãos do poder municipal. Para tanto foi elaborado o Manual de Municipalização do Turismo com a finalidade de orientar os municípios da federação a planejar e desenvolver o turismo, com a participação da comunidade e formação de conselhos. Iniciou-se assim, a tendência de descentralização do turismo brasileiro.

A proposta do PNMT para municipalização do turismo foi de fundamental importância para o desenvolvimento equilibrado da atividade de turismo, como: revertendo impactos ambientais causados pela atividade e sensibilizando a comunidade local da importância da conservação do ambiente natural, e reforçando a cultura local, desse modo evitando ou reduzindo o impacto causado pela atividade (MARIANI, 2007).

Como o Manual de Municipalização do Turismo (2001) deposita as decisões de planejar e implementar o turismo sustentável com a participação comunitária e de acordo com as potencialidades ambientais das cidades, vilas, regiões, locais de relevância turística e zonas rurais. O ecoturismo é uma linha direta com o planejamento participativo, tornando-se um meio de trazer benefícios aos lugares mais longínquos deste país. Está ascendência as viagens que procuram o ambiente natural, colocando o Brasil em situação privilegiada, diante de diversas paisagens naturais, juntamente a história da sociedade e a cultura do povo, esta transformando as áreas naturais e protegidas em territórios potencialmente aptos para o ecoturismo (CAVALCANTI, 2011).

Para o Amazonas o turismo em ambiente natural é interessante pois há um grande número de UC de Uso Sustentável onde pode acontecer a atividade. De acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), encontram-se 27% de todas as Unidades de Conservação, federais e estaduais. A gestão dessas RDSs é feita pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) que tem a prerrogativa para estabelecer critérios e normas para a criação, implementação e gestão das UC no Amazonas. De acordo com o CEUC (2009), as UCs do Amazonas de proteção integral são as Reservas Biológicas (Rebio), os Parques Estaduais (Parest) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). As reservas privadas RPPN, são divididas em duas categorias: as de Proteção Integral e Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS). As de uso sustentável são as Reservas Extrativistas (RESEX), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Estaduais (FLOREST), as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS).

No município de Manaus tem na sua área de legislação, cinco unidades de conservação que são: Jardim Botânico Adolpho Ducke, Refúgio da Vida Silvestre Sauim-Castanheiras, Parque Nascentes do Mindú, Parque Municipal do Mindú e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, como é mais conhecida, REDES do Tupé.

Na REDES do Tupé já realizam as atividades de turismo e lazer, e é comum se falar que no turismo e lazer se deve minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos. Mas o importante para enfrentar esse desafio é primeiramente conhecer as pessoas, que são dotadas de ideias e imaginários singulares sobre o lugar e suas características ambientais, que apesar de ser diferente, o grupo guarda grande semelhança nessas produções. Por isso estudar o modo como às pessoas percebem o ambiente pode nos revelar aspectos e práticas que se reproduzem na comunidade. Como estaria, diante desses pressupostos as atividades de turismo e lazer na REDES Tupé? Como os moradores avaliam esses aspectos dessas atividades conjugando conservação ambiental e geração de renda? O que os moradores esperam para o futuro dessas atividades?

2.3 A localidade São João do Tupé

As populações tradicionais da Amazônia têm uma característica importante que são as atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre. São os caboclos, que são seringueiros, castanheiros e ribeirinhos, habitante das beiras dos igarapés, igapós, lagos e várzeas. No período de cheia ele deixa de lado a agricultura e a pesca, passando a ser extrativista. Produzindo em regime familiar, usando troca de dias de trabalho entre os vizinhos e só vendendo o excedente. Esses caboclos possuem amplo conhecimento sobre os rios, várzeas e floresta, e coletam o que precisam da mata como fibras, ervas medicinal e outros produtos que possa servir, afirma Diegues (2001).

Os moradores do São João do Tupé foram atraídos em épocas e momentos históricos diferentes para o local. Segundo Silva (2005) os primeiros moradores vieram do nordeste para o Amazonas durante o segundo ciclo da borracha e ficaram conhecidos como “soldados da borracha”. Ainda de acordo com esse autor, os primeiros moradores chegaram à região com o intuito de trabalhar com a pesca; posteriormente a atividade econômica se deslocou para a retirada de lenhas, demandadas para as olarias do Cacau Pirera, existentes na margem oposta do rio Negro, e para o abastecimento de energia elétrica para Manaus até a implantação da CEM (Centrais Elétricas de Manaus) na década de 1950, que trocou a matriz energética para o óleo Diesel.

Na década de 1960 que começaram a aparecer os primeiros visitantes em busca de lazer. Segundo relatos dos moradores, esses visitantes solicitavam melhorias na praia com a ampliação da área de lazer, o que exigia a derrubada de árvores e retiradas de troncos e tocos para deixar a areia “mais limpa”. Como a praia era evidentemente atrativa, cada vez mais pessoas começaram a frequentar o lugar, sendo estes, na sua maioria, compostos por militares e trabalhadores do incipiente Distrito Industrial de Manaus (DI), (SILVA, 2005). Nada mais natural; afinal estava em curso o projeto de integração nacional da Amazônia brasileira, idealizada e levada a cabo pelos estrategistas do Regime Militar implantado em março de 1964, e o aumento do efetivo militar em Manaus foi significativo com a criação do Comando Militar da Amazônia em 1969.⁶

Conseqüentemente, durante as duas décadas seguintes, Manaus triplicou a sua população devido o trabalho no DI e nas lojas da Zona Franca de Manaus⁷, atraídas que foram, por melhores condições de vida, oportunidade de trabalho, educação e saúde. No entanto, Manaus não fora planejada para esse momento de sua história o que acarretou uma explosão populacional sem precedentes. Além disso, parte dos novos habitantes era de moradores do interior que migraram à capital, igualmente em busca de melhores condições de vida, nem sempre alcançada. Dessa maneira, a história da criação da comunidade do Tupé tem uma ligação com esses migrantes, pois foi exatamente um grupo familiar que veio do interior acabou morando na periferia de Manaus e que depois saiu em busca de um novo espaço em uma área rural próxima à capital. Chegaram ao Tupé com o intuito de plantar, pois em 1987 aquela área ainda não era uma RDS, além disso, eles tinham uma visão diferenciada dos poucos moradores mais antigos, que lá se encontravam há muito mais tempo. Logo os dois grupos se uniram e fundaram a Associação Comunitária São João do Tupé.

As principais atividades econômicas desta comunidade, no entanto, é a agricultura, pesca e depois o “turismo de massa”. Alguns moradores mais antigos são aposentados e outros são funcionários públicos, que complementam a renda com o trabalho na roça, na produção de farinha, e no artesanato (BARROS, 2008).

⁶ SILVA, Marcelle Ivie da Costa. Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002). Dissertação (Mestre em Relações Internacionais). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UEC, 2004: 38.

⁷ A Zona Franca de Manaus foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, como Porto Livre. Esta Lei só foi regulamentada 10 anos depois de promulgada, pelo Decreto Lei Nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, criando a SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA, na administração do Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

2.4 A localidade São João do Tupé depois da criação da REDES

Conforme a Lei Municipal de criação da REDES 8044 de 2005 no Parágrafo Único diz que para efeito deste Decreto, considera-se como população tradicional beneficiária, as pessoas residentes e domiciliadas nos limites da REDES, no ato de criação dessa reserva, e que as práticas estejam de acordo com os objetivos de conservação. DOM (2005). Segundo Diegues (2008) as populações tradicionais tem dependência com a natureza, tem conhecimento profundo da mesma, possui noção de espaço ou território, os padrões comportamentais são transmitidos socialmente, símbolos e significados são compartilhados, além dos seus produtos materiais.

Os moradores da Comunidade São João do Tupé já se organizaram em associação antes da área ser transformada em UC. Eles falam que o local foi transformado em uma APA sem o conhecimento dos moradores e ficaram sabendo apenas das limitações que uma Área de Proteção Ambiental os colocava. Depois que foi eleito como Prefeito de Manaus Serafim Correa, as seis comunidade do local se reuniram e pediram para que os categorizassem como RDS.

Com Lei de Usos Sustentável proíbem algumas atividades e atitudes que causem a degradação ao ambiental natural, como obras de terraplanagem, e abertura de canais, as atividades que causem erosão do solo, como o assoreamento dos recursos hídricos. Proíbe também na RDS, a pesca predatória, que utilizam o arrastão, timbó e malhadeiras, a caça profissional e amadora, a extração de recursos minerais e outras. Que porventura estão sujeitos a causar danos e alterações no ambiente natural, direta ou indiretamente.

Quanto os moradores da Vila São João do Tupé foram questionados sobre a legislação própria de UC, e o que eles pensam disso, foi revelado nas entrevistas à existência de intrigas, isso porque a transformação do Tupé em UC não trouxe para eles benefícios. De acordo com os entrevistados aconteceu o contrario, eles agora estão sendo impedidos de tirar madeira da floresta para fazer as suas casas, não podem mais caçar, bem como, é vetado o direito de fazer um roçado para plantar. Eles têm conhecimento de que devem solicitar a permissão ao órgão gestor para qualquer atividade que venham de alguma forma explorar o ambiente natural. É queixa muito comum da grande demora que tem em sair às licenças. Isso faz com que eles sejam infratores no próprio lugar em que vivem. Um dos exemplos mais comuns e a retirada de areia para construção de casa. Alguns moradores mais abonados constroem suas casas de alvenaria ou mista. No local existe em abundancia em areia, mas esta vetada à retirada de qualquer mineral do local. As

reclamações são mais acirradas quando eles lembram e que nunca foram consultados quando a área foi para transformada em uma UC.

Olha uma parte do governo que fez essa jurisdição ate que é boa, mas pro índio não é boa não. Eu não acho bom. Porque geralmente ele deveria colocar um item que possa não proibir tudo, nos indígenas nos não prejudicamos o meio ambiente mas a gente ele só tira o necessário. Como por exemplo, a roça, a gente não vai derrubando bota aquela quadra, e aquela quadra é pra muito tempo ai a gente refloresta, só que aqui não existe é proibida, eu não acho muito bom, essa lei porque ela prejudica o índio, porque o índio tem que obedecer aquela Lei. E pros não índio são mais prejudicados, do que o índio. E nos temos esse meizinho de ganha dinheiro, renda, e eles são mais prejudicado não tem de onde tirarem. Tem que vê e colocar outros tipos de projetos.

Por uma parte eles estão certo. Por causa da malhadeira de dois panos e três panos eles manda o cara usar só de 25m e 30m ai põem um monte de malhadeira. e difícil eu pescar de malhadeira. Esse negócio de ovo de bicho de casco, se um de nos não tira eles mesmo tira (falando dos funcionários da SEMMAS), ai não pode pegar, é proibido em todo canto, a caça também é.

Nessa situação encontramos uma dualidade do SNUC que diz que as RDSs têm como uma das características a proteção ao modo de vida das populações tradicionais, e parte da pressuposição que, essas populações contribuam e devem continuar contribuindo para a preservação e conservação da biodiversidade local. Mas acabam por engessar, com seus limites, o modo de vida dessas populações ditas tradicionais.

Outro grande problema que os moradores têm é com o título definitivo da terra. As terras segundo o mapa do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), (13.02.2007) a situação fundiária da localidade São João do Tupé esta dividida em três “Donos”, um desses tem títulos definitivo desde 1954. Como na totalidade da área da reserva a maior parte das terras pertencem à União, a PMM espera que essas terras sejam reintegradas a Prefeitura, segundo a SEMMAS esses proprietários não pagam nenhum imposto, portanto, não tem direito a indenização. Essa reintegração já foi solicitada ao poder público federal à doação dessas terras para o município de Manaus.

Na Vila São João eles afirmam que um dos primeiros presidentes da associação comunitária que loteou o terreno que dizia ser dele e vendeu para os moradores os lotes de terra e assim formaram a Vila. De acordo com o ex-presidente da associação, eles têm a

Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)⁸, que foi dado pela PMM quando foi categorizada a UC para RDS. Que diz que, a UC será do Poder Público e a transferência do usufruto será dada aos moradores, através da CDRU. E que este contrato pode ser rescindido, caso a parte que é assegurada o usufruto que não respeite o uso acordado.

Como os moradores da vila desconhecem seus direitos - como, por exemplo, o limite que eles têm para desmatar e fazer roça - eles continuam dependendo do comércio de Manaus para o seu sustento básico como a própria farinha de mandioca. Assim, eles se veem como acuados e não conseguem compreender o porquê da posição da Secretaria em ser tão severa com o modo tradicional de explorar a terra. De acordo com os entrevistados, *“para viver na Vila de São João do Tupé precisa ter um trabalho, porque, lá não dá para plantar e nem caçar”*.

Nesse sentido, as pessoas que trabalham com o turismo e lazer na comunidade São João do Tupé sabem o que é uma RDS, sabem que ela visa proteger o ambiente natural, mas desconhecem os benefícios e ganhos que a UC pode trazer para a própria população tradicional. Desconhecem, por exemplo, a possibilidade da implantação dos serviços ambientais e econômicos que os colocaria em situação de destaque dentro do contexto da indústria do turismo, pelo menos no âmbito regional.

A defesa do ambiente natural é muito mais que a fauna, a flora e o meio físico, pois que inclui também o ser humano, através de suas atividades culturais e materiais. Em suma, o ambiente natural é a interação do conjunto constituída por elementos naturais, artificiais e culturais que podem levar ao desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas (BENATTI, 1998).

A Localidade de São João do Tupé está organizada em uma vila que é a sede da comunidade, além disso, alguns moradores vivem ao redor do lago e de frente para o Rio Negro. A Vila de São João do Tupé foi edificada na subida de um platô ou como é chamado localmente, barranco. A vila possui uma rua principal que é a Avenida Rio Negro, depois vem as ruas secundárias que são a Rua do Porto, Travessa do Lago e a Rua Beira Rio que passa em frente a Maloca Indígena. Na verdade só se percebe a Avenida Rio Negro, porque as secundárias não são bem definidas e difíceis de identificar. Essas ruas têm como pavimento a terra batida e irregular, no decorrer do caminho existem plantas gramíneas que estão crescendo no meio da rua. O ex-líder comunitário fez um mapa do

⁸ A CDRU consta na Lei Estadual nº 2.754 (Lei de Terras Estadual), 29 de outubro de 2002. Art. 41 - Poderá ser instituído sobre imóveis dominicais o direito de superfície ou a concessão real de uso, como direito real resolúvel, a título gratuito ou oneroso, por tempo certo, para fins de interesse social, tais como industrialização, habitação, cultivo e urbanização.

loteamento e colocou os nomes das ruas da Vila e fez as seguintes distribuições; 2 Igrejas (católica e a evangélica); 1 Escola Municipal; 1 quadra de esporte (que hoje foi construída a nova escola de alvenaria); 1 Alojamento para os professores que passam a semana na escola); 1 central de energia (que pertence a escola); 1 Campo de Futebol; 1 Centro Social ; 1 Posto de Endemias; 1 Centro de Artesanato – 2 Malocas Indígenas; 3 comercio; 1 Secretaria e 54 lotes eles estão com as residências, no total 68 lotes.

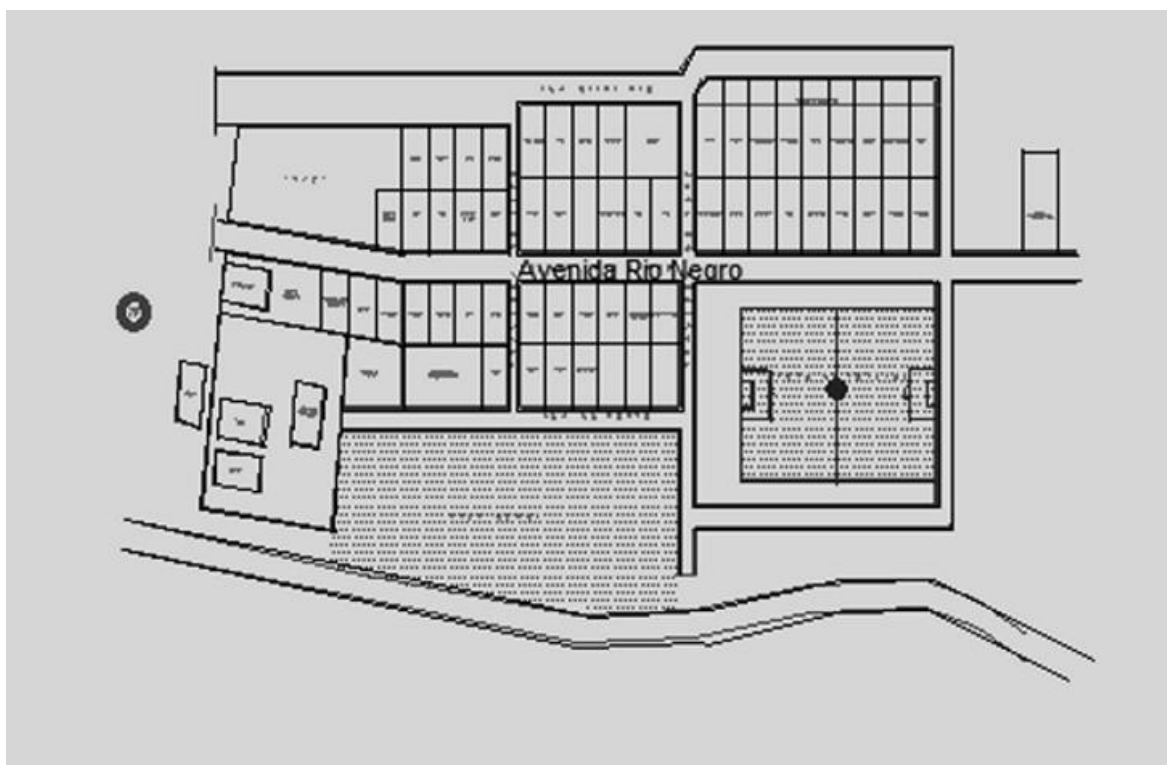


Figura 2- Vila de São João do Tupé. **Fonte** Nindoal Nascimento/2003.

De acordo com os moradores mais antigos a vila foi construída em um terreno particular no qual seu então “dono” dividiu o terreno em lotes, vendendo para os poucos moradores que lá vivem. As casas da vila na sua maioria são feitas de madeira, outras mistas e algumas de alvenaria. Estão posicionadas de costas para o rio, ficando uma de frente para outra, onde pouca vegetação e jardim compõem a paisagem de moradia. No quintal prevalece um lugarzinho para o “girau”, isto é, um canteirinho suspenso de madeira ou uma canoa velha onde plantam o cheiro verde, cebolinha em palha e a chicória.

Em geral os terrenos não têm fronteiras bem definidas, a não ser em algumas casas onde há cercas de arame. Essa espacialidade aberta é um dos indicativos do tipo de relação social ali existente. A proximidade física e a ausência de fechamentos refletem o grau de

parentesco entre os moradores que é muito próximo, dando a impressão de ali morar uma grande família (Figura 3).



Figura 3- Rua Rio Negro da Vila São João do Tupé. **Fonte:** Shirley/2012

A estrutura habitacional de Vila de São João do Tupé não é deferente das casas construídas em áreas onde reside uma população de pouco poder aquisitivo de Manaus. As casas de madeira são feitas com soalho de madeira e com cobertura em alumínio. Nas casas mistas, em geral é só o piso ou outro ambiente construído de alvenaria. O banheiro normalmente se encontra na parte exterior da casa, nos fundos.

Um grande problema para os moradores é a falta de energia elétrica, de modo que há grande expectativa com o advento do programa “Luz para Todos” do governo federal. Por falta de energia eles não têm geladeiras e os alimentos como o peixe, são salgados para serem guardados. Alguns moradores possuem placa de energia solar o suficiente para uso da televisão. A única fonte de energia elétrica da Vila São João do Tupé é do gerador da escola municipal que fica ligado das 18h às 22h durante a semana. Para se ter energia nos finais de semana a comunidade faz uma cota mensal para comprar o diesel.

A água é outro problema, não tem distribuição por rede. Para suprir as necessidades diárias alguns moradores têm uma bomba de água, que puxa do rio e é usada para os afazeres domésticos e tomar banho. Para beber é usada a água de um poço da escola, que segundo uma moradora a Secretária Municipal de Saúde (SEMSA) fez teste de salubridade da água e constatou estar contaminada.

A inexistência de esgoto é fato. Poucas residências possuem fossa, alguns usam apenas as latrinas⁹. A água servida é simplesmente jogada no quintal ou nas laterais da casa. Um projeto da UFAM por meio do Laboratório de Saneamento (LS) em parceria com

⁹ Latrinas para a comunidade são buracos cavados na parte externa da casa com ou sem o vaso sanitário. Não possui paredes ou sumidouros nestes buracos, o que são necessários para ser um fossa.

a PMM foi para a implantação do banheiro seco. A ideia do uso dos banheiros era o uso de serragem de madeira depois do uso do banheiro, mas essa alternativa esbarrou no fato de não haver esse resíduo de serragem na localidade. Mesmo assim existem dois banheiros secos, mas a comunidade não tem o menor interesse em utilizá-los.

Andar pelas ruas da comunidade é cansativo, pois a Vila foi erguida na subida de um morro ou platô¹⁰, quando se chega ao ápice do morro começa a descida para as malocas indígenas, neste ponto não se sabe mais o que é rua ou quintal das casas. A falta de árvores nas ruas para se abrigar do sol torna o passeio mais exaustivo. Esse trajeto é motivo de muitos visitantes e turistas desistirem de ir até as malocas indígenas que gostariam de conhecer. A vila é, dessa forma, um lugar que não desperta interesse dos visitantes ou turistas.

Atualmente o turismo na Comunidade São João do Tupé tem como atrativo maior a comunidade indígena que lá vive e trabalha com o turismo, a praia fico sendo o destino de lazer para os banhistas de Manaus.

2.5 A paisagem natural como atrativo para o turismo e lazer

A comunidade em termos de localidade se sobrepõe de forma quase que indiferenciada ao lago do Tupé. A beleza cênica do local é reafirmada tanto pelos moradores quanto pelos visitantes. Nesse local o turismo ao ar livre pode perdurar o ano todo, sem ser interrompido pelo ciclo das cheias e vazantes, comum nos rios da Amazônia. A sazonalidade é por si só um aspecto que diferencia a paisagem e que é observada pelos moradores que ali vivem e vivenciam temporalidades e espacialidades distintas. A interpretação do morador, segundo Miranda (2002) pode revelar o significado do legado natural, cultural ou histórico ao público que visita esses lugares. Nesse sentido, os moradores relatam tais diferenças e atrativos que são separados no tempo da “seca” e da “cheia”.

O lago do Tupé está ligado ao Rio Negro por um canal, este canal permite a entrada de embarcações grandes e pequenas, possui 20m de largura e 5m de profundidade e 150m de comprimento (APRILE, 2005). O atrativo do lago durante as cheias do rio é a formação da floresta de igapó, que permite navegar de canoa, barco ou lancha. Durante este passeio pode apreciar os cantos dos pássaros e com sorte vê os macacos como o sauím-de-coleira ou sauím bicolor (*saguinus bicolor*) que é uma espécie encontrada especificamente em

¹⁰ De acordo com Carvalho, são os terrenos mais elevados na comunidade São João do Tupé.

Manaus e aos arredores, onde tenham locais que ainda possuem floresta. Eles são vistos pulando de uma árvore para outra. A floresta de igapó proporciona sombra, e para quem visita o lago de canoa ou lancha pode se abrigar em baixo das copas das árvores e em cima das águas negras.

Durante a pesquisa de campo, ainda com a observação participante ouvia-se dos moradores da comunidade algumas histórias, e dentre elas uma em especial para contar sobre nome do lago. A história é contada pela moradora nasceu e se criou no local e vive até os dias de hoje. Essa história foi contada pela avó dela, repetida pela mãe e hoje ela para os netos e para quem perguntar. Como sua avó foi uma das primeiras moradoras do lugar, contava que no lago, aparecia um “bicho” muito grande, que surgia e assustava quem morava lá e quem vinha pescar. Naquela época havia muitos pescadores por perto do lago, quando esse “bicho” aparecia era assustador e muito parecido com uma arraia grande, mas na pele do animal tinha um trançado, e esse trançado tinha duas cores lembrava um tupé. É por isso que o nome do local é Tupé, que na língua indígena quer dizer entrançado de talas de arumã e é usado como tapete. Como a história oral que é um grande instrumento para reconstrução do passado, ao gerar novas histórias com novas interpretações contribui para o processo de dá voz a experiências vividas por indivíduos ou grupos que foram excluídos de narrativas históricas anteriores (PEREIRA, 2002). Sendo esta narrativa um atrativo turístico.

Durante o período da vazante o lago fica mais vazio, permitindo que se veja as margens na descida do barranco, dando a aparência de um vale em formato de “V” (APRILE, *ibid.*). Quando o rio está no ápice da vazante é possível se atravessar a pé o canal que liga o lago ao rio. Justamente neste período o lago fica farto para pescar tucunaré (*Chicla spp.*), jaraqui (*Semaprochilodus spp.*), acará-açu (*Cichidae*), atrinchã (*Brycon cephalus*), pacu (*Mylossoma aureum*), traíra (*Hoplias gr. Malabaricus*), piranha (*Serrasalminidae*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), bodó (*Liposarcus pardalis*), entre outros (TERRA, 2005). Neste momento a população local volta-se para o pescado devido a fatura e o paladar apreciado pelos diversos tipos de peixes de água doce. Há entre os moradores um saber local da época, do local e da quantidade desses peixes, o que favorece a pesca bem sucedida. Essa fartura durante a vazante se contrapõe com a carência na cheia, quando passam por sérias necessidades de alimentação. Segundo um morador, por sorte pode se ver nas margens do igarapé outros animais que vêm beber água, como cutia (*Dasyprocta spp.*), porco do mato (*Tayassu spp.*) e paca (*Agouti paca*) e com isso serem caçados.

Durante o período em que esta acontecendo a vazante do rio e no período em que esta enchendo o rio aparece a Praia do Tupé. É formada por um banco de areia alvíssima e finíssima. Neste banco de areia que apareceu depois que foi retirada a vegetação, restaram pouquíssima árvores e não tem vegetação rasteira. O que causou na enchente de 2012 foi a erosão da areia, sendo que, em alguns pontos a areia baixou mais de 1 metro.

A praia do Tupé surge nas margens do Rio Negro como se fosse uma montanha de areia, lembrando as dunas do nordeste brasileiro. A praia é muito usada pelos visitantes/banhistas de Manaus (Figura 4).

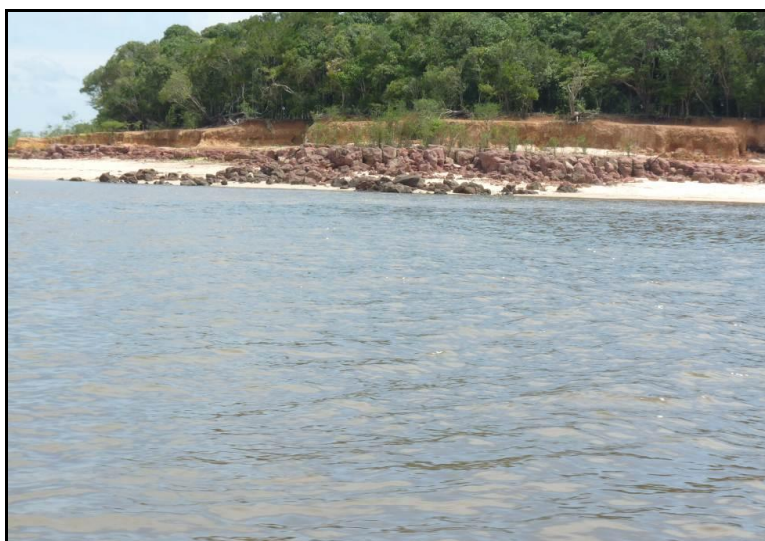


Figura 4- Pedreira que aparece na vazante do Rio Negro. **Fonte:** Ana Gomes/2011

As trilhas existentes na comunidade São João do Tupé são a trilha da cachoeira, que começa dentro da sede da comunidade, é usada pelos índios e não índios para levar turistas até a cachoeira do Manduca. Também é chamada pelos comunitários de trilha da Ulbra. Trilha da Copaíba que inicia na margem direita num sítio no lago do Tupé e segue até a Comunidade Colônia Central é uma trilha mais antiga. E a trilha Central que também inicia do lago do Tupé e segue para a comunidade Colônia Central. Nestas trilhas se encontram as orquídeas (*Orchidaceae*) que podem ser encontradas em diferentes formas e tamanhos nas trilhas (Figura 5). E as árvores de copaíba (*Copaifera landesdorffi*) de onde são extraídos o óleo que serve como remédio para ferimentos, o amapazeiro (*Parahancornia Amapá*) que é usado pelos caboclos para cura de problemas nos pulmões e fraqueza em geral, a andiroba (*Carapa guianensis*) de uso externo nos ferimento e inflamações, a sumaúma (*Ceiba pentandra*) usada na trilha pelos indígenas aos turistas para mostrar como eles se comunicam na selva.



Figura 5- Orquídea, flor muito comum na REDES do Tupé. **Fonte:** Ana Gomes/2011

A cachoeira do Manduca¹¹ aparece apenas quando o rio está vazando e no pico da vazante. Tem uma pequena queda d'água. É privilegiado para apresentar aos visitantes por que se pode chegar à cachoeira por terra, depois de andar 1h30min, dentro da floresta alta, ou pelo rio, quando está na vazante.

A localidade São João do Tupé tem o potencial natural para o turismo em ambiente natural. Seja qual for a atividade a ser desenvolvida como o turismo de base local, ecoturismo ou turismo de natureza, o que não pode acontecer é o local se transformar em um ambiente explorado de forma desregrada, e sem benefícios à população tradicional. Neste mundo social, a natureza é destruída e invadida, a tradição que coordenava a vida é dissipada, novos tipos de pensamentos opostos ao tradicional emergem. De certo que, as experiências do cotidiano dizem respeito a questões ligadas ao eu e à identidade, envolvendo múltiplas mudanças na vida cotidiana (GIDDENS, 1997).

¹¹ De acordo com o diário de campo, 2012. Os entrevistados e os comunitários chamam a cachoeira de Manduca, sendo este o nome do comunitário que mora com a família próxima à cachoeira.

3 AÇÕES DE TURISMO E LAZER NO SÃO JOÃO DO TUPÉ

Na percepção do espaço, o homem se relaciona com o meio ambiente e o transforma para garantir a sua sobrevivência impondo, inclusive, as suas condições no processo produtivo. Dessa relação surge a modificação do ambiente para construir um espaço a partir das necessidades e funcionalidades desejadas. Essa modificação é mediada pela valorização das pessoas que lá vivem e pela formação cultural que define maneiras distintas de sentir, pensar e agir (BACAL, 2003). Diante da necessidade de outros bens de consumo, a natureza pode vir a ser considerado um benefício ou um empecilho para as expectativas sociais do morador e do visitante/turista.

3.1 Atrativos da paisagem natural

A Praia do Tupé se tornou o ponto de lazer de uma parte da população urbana de Manaus, por ser perto do centro urbano e por não ser tão difícil chegar. São vários frequentadores da praia, que chegam de lanchas particulares, outros vão pagando R\$12,00 (doze reais) por uma passagem de lancha na Cooperativa dos Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do Davi (COOP ACANDAFE) e para voltar à cidade mais R\$12,00 (doze reais). A maior parte dos frequentadores chega ao local em barcos “recreios”, pagando a passagem ida e volta por R\$ 20,00 (vinte reais) e vão apenas para aproveitar a praia e banho de rio, e esses não consomem nada daquilo que é vendido na praia por parte da comunidade São João do Tupé.

Não há uma ideia precisa da quantidade de banhistas/visitantes que frequentam a praia nos fins de semana, mas os moradores conhecem exatamente o que esses visitantes fazem no local de modo a criticar sua estada:

Os banhistas só ficam na praia, quando o barco podia ancorar do lado de cá eles ainda subiam e iam olhar a maloca. Agora só pode ancora na praia. E muito só vem pra com dinheirinho pouco e não pode pagar a travessia.

Esses barcos ancoram na praia por volta das 13hs, é o momento que o sol está no seu ápice, que, refletindo na areia torna o local muito quente e com pouquíssimas árvores, deixando o local sem sombra. Se caso precisem de banheiros só tem os banheiros que ficam na base da SEMMAS, que foram construídos para servi este público, mas fica a distante da praia, e preciso enfrentar o sol escaldante e os aclives acentuados e se chegar

aos banheiros. Diante desta dificuldade muitas necessidades são feitas na praia ou no rio. Devido os excessos de banhistas advindos do centro urbano que querem aproveitar a praia e o banho e para conter a degradação do local deixada pelos banhistas e por reclamação da comunidade em relação ao comportamento dessas pessoas foi criado Plano de Uso Público da Praia do Tupé (PUP) de 01/2008 Art. 7º (DOM). O Pub veio para estabelecer regras para utilização do espaço da praia e de seu entorno (Figuras 6 e 7). A influência do ambiente físico natural nas pessoas faz com que sintam o lazer um meio para liberdade comportamental (BACAL, 2003).



Figura 6- Barco/recreio com os banhistas para Praia do Tupé. **Fonte:** Shirley/2012.



Figura 7- Imagem da Praia do Tupé com poucas árvores. **Fonte:** Shirley/2012.

Construídas na Praia do Tupé barracas, que dá a preferências aos moradores para serem os permissionários, e assim, aproveitar os banhistas para venda de alimentos e bebidas. O que se conclui é que as atividades turísticas e de lazer são tidas como impactantes quando há mudanças ou uma série de eventos provocados nas localidades receptoras (CHINAGLIA, 2007).

Foram construídas em parceria com a UFAM e a SEMMAS doze barracas, sendo dessas, dois barracões centrais, que serve para colocar mesas. As barracas são padronizadas e edificadas em estrutura metálica fixas no solo, com coberturas de telhas plásticas na cor laranjada. No projeto das barracas consta que os alimentos a serem servidos devem estar prontos, e no máximo usar uma churrasqueira para concluir o preparo; não podem prepara ou lavar alimentos e nem pratos, talheres, panelas, copos ou quaisquer outros utensílios que usado na atividade. Mas se for realmente necessário lavar fica a critério do barraqueiro, desde que seja fora da área da praia. As barracas não possuem sistema de abastecimento de água e nem sanitários. Consta no projeto das barracas devem ser sinalizadas para orientar e educar os turistas e visitantes da praia em relação à preservação do meio ambiente, esse é o lado de sensibilização do projeto. Essas barracas foram entregues a comunidade no dia 09 de fevereiro de 2008. Também no mesmo ano foi fundada a Associação dos Barraqueiros da Praia do Tupé (ABAP).

Durante a pesquisa de campo foi observado à situação dessas barracas. (Figura 8). A falta de abastecimento de água compromete a higiene do local. Para suprir essa necessidade os barraqueiros levam camburões com água do rio para as barracas que usam tanto para a higiene quanto para cozinhar. Não é raro compartilhar com os banhistas que pedem água para lavar as mãos ou algum objeto necessário para o uso. A água servida é escoada diretamente na areia da praia formando um lamaçal.

Com a enchente atípica do Rio Negro em 2012 as barracas ficaram em péssimo estado de conservação. As telhas caíram, o metal ficou cheio de pontos de ferrugem e a areia de que nivelava com altura do balcão das barracas sofreu a erosão, baixando mais de 2 metros. Esse cenário descuidado e improvisado compõe a praia e a atividade de lazer dos visitantes.

O turismo desenvolvido pelos moradores se denominava de “ecoturismo” e essa atividade segundo os entrevistados foi idealizada e liderado pelo ex-presidente da comunidade, sem qualquer apoio da Fundação Municipal de Cultura e Turismo (Manaus Cult), que é o órgão municipal responsável pela promoção e implemento das políticas públicas com ações voltadas à valoração cultural e o fomento ao turismo. Vale a pena

ressaltar que a proposta do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT) para municipalização do turismo foi de fundamental importância para o desenvolvimento equilibrado da atividade de turismo. Para que exista de fato o ecoturismo é necessário seguir alguns critérios como planejar e programar o turismo sustentável com a participação comunitária, e de acordo com as potencialidades ambientais do local.



Figura 8- Barracas pós enchente histórica de 2012. **Fonte:** Shirley/2012.

E essa atividade se estruturou e desenvolveu na seguinte forma: no início a atividade de “ecoturismo” ou de “visita” na Praia do Tupé era realizada por algumas pessoas de uma mesma família e amigos. O grupo era relativamente pequeno e era remunerado quando a visita acontecia. A gerência das visitas turísticas estava nas mãos do presidente comunitário. Esse representante elaborou um projeto Tucuri¹² para envolver alguns moradores. A oferta/divulgação e venda da atividade era feita pelo próprio presidente da comunidade. Conforme a demanda de turistas ele mesmo que fazia o traslado de Manaus para a comunidade. Quando era mais de vinte pessoas para levar a comunidade, existia a parceria com a COOP ACANDAF, que fazia o traslado por um valor mais acessível.

No pacote de turismo do projeto Tucuri incluía a recepção na praia com café da manhã e uma lembrança do artesanato local feito de sementes por uma moradora. Depois os visitantes se dirigiam para a sede da comunidade, que com o tempo passou a ser apenas

¹² Projeto Tucuri, que iniciou com a comunidade São João do Tupé e hoje incluía mais 15 comunidades. Mas o projeto não tem apoio em fomentação e nem em divulgação, no momento está parado. Diário de campo. Peixoto (2012).

passagem para esse turista. Este caminho passou a ser usado para seguir para a maloca indígena, onde os visitantes assistiam um ritual indígena montado para esse fim.

A opção para caminhar na trilha que leva os turistas até a cachoeira do Manduca, para muitos é uma caminhada cansativa dentro da mata fechada. Mas caso o turista não tenha tempo ou disposição para tal aventura, retorna a rua principal da Vila e segue para as margens do lago, lá, as canoas aguardavam os turistas para fazer passeio no Lago do Tupé. Navegar pelas águas calmas e negras do lago é uma maravilhosa experiência para quem não conhece. Os guias apresentavam a floresta, bem como o canto dos pássaros, e na oportunidade levavam os turistas ao tanque rede¹³, que é um criadouro de peixe no meio do lago. Neste local os turistas podiam ver a criação de tambaqui curumim e havia no tanque um pirarucu, que era criado para mostrar aos visitantes que não conheciam esse peixe que tem respiração aérea. O passeio terminava com o banho e almoço na praia.

O “ecoturismo” que os moradores da comunidade São João do Tupé dizem que já realizaram, no entanto, se observou é que está longe daquilo classificado como tal. Não há participação comunitária, mas é uma iniciativa composta por pessoas de uma mesma família e alguns poucos amigos. Sabe-se que a participação comunitária é um critério importante para atividade ecoturística, tanto para o controle dos impactos ambientais causados no local quanto para a proteção do ambiente natural. Ao criar parcerias entre os moradores, sensibilizar a comunidade da importância da conservação do ambiente e reforçando a cultura local, é quase certo que os impactos advindos da atividade serão reduzidos.



Figura 9-Lago do Tupé durante a enchente de 2012. **Fonte:** Shirley/2012.

¹³ Projeto de inclusão social Cultivo de Peixe e Ecoturismo visando à segurança alimentar, renda e preservação ambiental da REDES-Tupé da Universidade Federal do Amazonas sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Cristina Belarmino



Figura 10-Bailado dos indígenas com os turistas. **Fonte:** Shirley/2012.

O ecoturismo é uma linha direta com o planejamento participativo, tornando-se um meio de trazer benefícios aos lugares mais longínquos do país (MARIANI, 2007; CAVALCANTE, 2011).

Como atrativos para a atividade de turismo de natureza e suas sub-denominações, a localidade São João do Tupé tem da terra e da água, que se juntam para formar um circuito de beleza na REDES Tupé (Figuras 9 e 10).

3.2 Atrativos culturais dos indígenas

Atravessando o canal que liga a praia e a sede da comunidade, se chega à vila onde estão morando um grupo de indígenas da mesma família que também se envolvem ativamente com o turismo.

Nos dias de hoje há uma maior procura por sociedades em recônditos da Terra. Aparentemente é um absurdo porque o foco da visitação turística está na procura do diferente, do exótico, do outro. É fato que é buscado desde o início das jornadas turísticas. Perceber essa forma de experiência turística caracterizada pela promoção do “outro”. Isso está se tornando realidade principalmente porque o turismo é caracterizado como alternativa econômica para as comunidades e fortalece e revitaliza a cultural dessas populações. Muitas vezes elas estão em decadência cultural em face dos problemas impostos pelo trabuço do capitalismo global (GRÜNEWALD, 2003).

O atrativo cultural na Comunidade São João são os indígenas da etnia Desana, eles são membros da comunidade e vivem do turismo. Esses migraram de São Gabriel da Cachoeira no Alto Rio Negro em busca de melhoria na qualidade de vida. O primeiro indígena foi atraído para a comunidade por ter seus filhos sido aceitos na escola local e pelo fato de que lhe foi doado um lote de terra para morar. O segundo membro da mesma família veio logo em seguida, também trouxe seus filhos e esposa.



Figura 11- Apresentação do ritual masculino dos Desana. **Fonte:** Shirley/2012.

Como meio de subsistência, de acordo com eles, passaram a realizar rituais da cultura indígena para apresentar aos turistas. Foi criada uma forma de se apresentarem, com a redução do ritual indígena da tribo Desana, e alguns rituais a mais, como a criação do universo. O Pajé afirma que este é um meio de não perder a tradição do índio, e passar para os que não nasceram na aldeia.

Os índios se preparam para receber os turistas na maloca, se vestem com trajes típicos para cantar e dançar com adornos nas cabeças, braços e na cintura, acompanhado por instrumentos de sopro e tambores que são feitos por eles mesmos. Seus corpos são cobertos por pinturas, usando tintura da semente de urucu e do jenipapo, e outros apenas usam maquiagem industrial. Perto do final da apresentação os visitantes são convidados a interagir naquele bailado, uma forma bem comum e usada no turismo de norte a sul do país, como meio para diversão e envolvimento do turista com a cultural local (Figura 11).

De acordo com Grunewald (1999) o turismo esta como o grande promovedor no campo social onde fluxos comunicativos entram em evidência. Com a exibição sua produção cultural criada (GRUNEWALD 1999 *aput* HOBBSAWM E RANGER, 1984),

para apresentação ao turista. Mas, isto é normal aos processos de constituição de grupos sociais, sendo esta, uma forma estruturante da interação social, que determina as relações sociais, que transcorre a constituição do grupo étnico. E que, criação das tradições indígenas podem ser de diversos tipos, e sobre diversas áreas, como: ritual, história, artesanato e outros. E Hobaswm e Ranger (1984) dizem que é a utilização de elementos antigos para elaboração de novas tradições inventadas para fins bem originais.

Para manter a frequência nas visitas dos turistas, de acordo com o líder indígena, eles têm parceria com as agências turística e donos dos hotéis de selva. Este hotéis estão instalados dentro e ao redor da REDES que pagam ao índios no final de cada mês, com apresentação do “vaucher”. Não podendo plantar ou caçar eles vivem do turismo. Por motivos diversos os irmãos se dividiram cada um liderando os seus familiares e ambos fundaram suas associações para trabalhar com apresentação de ritual para turista.

Combinado desde a eco92 no Rio de Janeiro que eu trabalharia com as agencias de turismo, que eu trabalhava para atender os turistas e as agencias mandariam turistas pra mim. As agencias ficaram de fazer participação de pagamento por mês, entendeu? Então à gente trabalha por voucher. pelo número de visitante Fora daquilo que a gente vende o artesanato. Que é livre a pessoa que trabalha vende é dela.

Os banhista de vez em quando ele aparece, mas é difícil, geralmente eles vem pra praia e da praia mesmo eles voltam. Só quando vem pela agencia de turismo que manda direto pra cá.

Os turistas querem vê a cultura indígena, eles querem saber as ervas medicinais, eles querem saber como é que funciona, quando começou o mundo indígena, é a cultura indígena em geral das danças.

Os indígenas colhem sementes e palha de arumã (*Ischnosiphon Ovatus*) da floresta da RDS para fabricação do artesanato. Eles ainda abriram a trilha de “sobrevivência” para levar turistas, lá eles apresentam os cipó d’água (*Doliocarpus Pubens*) e outras espécies de árvores e plantas medicinais, além de demonstram armadilhas indígenas para pegar animais e como dormir na selva. Para apresentação do ritual alguns materiais como a palha de tucum (*Artrocaryum chambira Burret*) são trazidos da aldeia que fica em São Gabriel da Cachoeira. Para os indígena há um orgulho e a percepção da importância de sua cultura

para o turismo local, o que os não-índios não tem nada de diferente para mostrar para o turista.

Pela Funtur eles têm o pacote que eles vem direto e chega 9h aqui. Eles entram pra caminhada, de uma trilha de 2h. eles entra na selva e eles vão aprende tudo tipo de ervas medicinais e árvores. A trilha é da Funtur e a trilha de sobrevivência. Ai eles aprende tudinho, como se abrigar. E no final tem armadilhas, como índio caça. Eles saem lá no lago e voltam de canoagem, na canoa grande com capacidade para 20 pessoas, a canoa é da empresa. Ai então, eles vem tomam banho no lago, ei eles sobem e almoçam aqui, a comida típica tradicional indígena. Acompanha tudo, arroz, feijão, macarrão, vinagrete verdura, peixe assado, carne assada, quinhapira,(água, sal pimenta e peixe) dentro dela.tudo que a gente come.

Tem grupos que querem experimentar todas essas coisas... o cachiri. Aqui a gente faz também por encomenda, ai eles avisam uma semana antes ai a gente prepara. Apresenta tudo isso dentro do ritual.

A primeira a associação fundada foi Associação Indígena Umurí Díro Mahsã, em 14 de dezembro de 2008 que pertence ao Pajé Raimundo e a segunda é Associação Indígena Dessana Tupé, do Pajé Domingos (Figura 12). São duas malocas construídas em palhas e toras de madeira, onde recebem diariamente os turistas. Quando o rio está seco, eles constroem uma ponte para os visitantes a caminharem até a maloca, quando o rio cheio eles aproximam a ponte da subida do “barranco”.

Essas formas étnicas reconstruídas aparecem como resultados mais ou menos automáticos nos grupos que entram numa rede de relações globais de transações comerciais. Dessa forma, os itens de cultura podem ser ressignificados como mercadorias, além de servirem como expressão simbólica com um fim ou um valor de troca num sistema maior (GRÜNEWALD, 2003).

O fato deles não viverem mais em território indígena e desenvolverem atividade turística distinta daquela das suas origens, não os impede de continuar mantendo os seus valores culturais e a sua identidade, pois que isso lhes pertence. Entretanto, como a atividade é realizada no meio urbano ou rural, deve existir um planejamento envolvendo os próprios indígenas, técnicos, indigenistas e ambientalistas, para que não ocorra danos maiores à cultura daquela comunidade indígena (FARIA 2007).



Figura 12- Maloca Desana construída para receber turistas. **Fonte:** Shirley/2012

3.3 A participação dos moradores no turismo e lazer

A comunidade São João do Tupé além de fazer uma divisão de quem são os turistas e quem são os banhistas/visitantes, também se divide no trabalho. A relação deles com a atividade de turismo e lazer são bem divididas. As pessoas que trabalham com o lazer são os “barraqueiros” ou permissionários que vendem alimentação, bebidas e roupas de banho na praia. Para eles o tempo de ganhar dinheiro é quando inicia a vazante, que as praias estão aparecendo ou quando esta iniciando a cheia do rio. Na época do pico das enchentes e secas a praia os visitantes desaparecem e os “barraqueiros” não trabalham. Eles estão organizados em associação, que é a Associação dos barraqueiros da Praia do Tupé (ABAP) que tem estatuto, com direitos e deveres. (Figura 10)

Para superação das situações que desafiam a comunidade, exigem também dos seus moradores esforços na adaptação as novas realidades. E para o enfrentamento e superação das adversidades é que a comunidade forma grupos para o reconhecimento e a legitimação de suas competências e criatividade e o fortalecimento da autoestima. Dessa forma, essas habilidades contribuem para que cada um reconheça suas capacidades, potencialidades para superar os desafios (SILVA, 2009).

As pessoas que se envolveram com a atividade de turismo têm capacitação na área de turismo, como curso de hotelaria, ministrado pela Manaustur; Artesanato pela Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, Curso de manipulação de Alimentos pela PMM; Profissional de Turismo, do Programa Universidade do Povo, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local; Inglês básico para atendimento ao

turista, e o Projeto Cultivo de Peixe e Ecoturismo Visando à Segurança Alimentar, Renda e Preservação Ambiental da RDS – Tupé e outros.

Já os envolvidos com o lazer são pessoas que moram ou tem casa na comunidade e fazem a comercialização de produtos alimentícios ou de roupas de praia nas barracas montadas (Figura 11). Foi observado que apenas um casal de moradores participava das duas atividades: mantinha uma barraca na praia para atender os banhistas/visitantes e, eventualmente, era contratado para preparar e servir comidas regionais para os turistas.

Dentro do grupo que trabalha com o lazer - os permissionários da praia do Tupé - alguns possuem pequenas tabernas na comunidade e por isso não dependem diretamente do consumo dos banhistas/visitantes para a sua sustentação.



Figura 13- Imagem das barracas- domingo de trabalho. **Fonte:** Shirley/2012.

Os que se envolviam com a atividade de turismo obedeciam às determinações do antigo presidente da comunidade, mentor da atividade. Era ele que definia as funções de cada um, indicando quem seriam os guias, os “piloteiros” das canoas, os cozinheiros e os vendedores de artesanato. Ele era que negociava e contratava os indígenas para a apresentação de rituais aos turistas e, por fim, vendia o pacote turístico às empresas interessadas. Apesar de toda essa centralização de controle e gerência, os comunitários entendem que a proposta estava dando bons resultados, mesmo não havendo constância e nem divulgação da RDS do Tupé como passeio. E que no momento eles estão esperando que a atual gestão comunitária proponha alguma atividade relacionada ao ecoturismo.



Figura 14- Peixe assado na brasa, modo como é assado na praia. **Fonte:** Shirley/2012.

Para os indígenas que não possui outro meio de ganhar dinheiro que não seja através do turismo, para eles não existe a sazonalidade, pois quando o rio esta vazando ou “baixando” eles vão deslocando uma passarela de tábuas para o turista passar e que, também é usado pela comunidade. E quando fica muito distante chegar a maloca para assistir a apresentação, eles se deslocam para um ponto mais próximo de onde os turistas vão desembarcar (Figura 15).

O diferencial entre as duas frentes de turismo existente na Comunidade São João do Tupé não esta apenas naquilo que se é mostrado para o turista, mas nas existências de algumas nuances que envolvem os moradores não indígenas.

Nos termos técnicos o ecoturismo requer o envolvimento coletivo da comunidade com a atividade, onde todos saem ganhando, não apenas a renda de alguns, mas também a garantia de melhorias e preservação do lugar (MEDEIROS, 2006; CORIOLANO, 1998; CAVALCANTI, 2011)

Infelizmente não é que acontece na Comunidade São João do Tupé, o que se mostra não é o pensamento coletivo, é cada um pensando primeiro em si. Daí se mostra como eles constroem o espaço e ainda tem um agravante de acordo com eles, sentem-se limitados por viverem numa UC.



Figura 15- Turistas chegando para apresentação do Ritual Desana. **Fonte:** Shirley/2012

Em relação ao comportamento pró-ambiental¹⁴, ainda é difícil mensurar, mas o que vê é um desleixo com o lugar por parte dos próprios moradores. Talvez isso aconteça por falta de apoio da Secretaria Municipal de Limpeza Pública, que não passa na comunidade para recolher os resíduos sólidos¹⁵. Eles vivem lá porque foram em busca de melhor qualidade de vida (QV), que remete e associa com os termos de bem estar, prosperidade, vida satisfatória e felicidade (HIGUCHI, 2012).

3.4 Percepção dos moradores sobre o lazer e turismo

Os moradores da comunidade que se dedicam à atividade de turismo reconhecem a beleza natural do lugar e seus atrativos para o turismo e para o lazer aos moradores de Manaus nos fins de semana e feriados. Para esses moradores os turistas são pessoas que vem “de fora” do Estado para conhecer a floresta e o lago e os índios. Já os banhistas/visitantes são aqueles que só veem para se divertir na praia e de lá não saem “*pra nós banhista fica na praia e turista vem passear pra conhecer a mata e vê os índio e eles são de fora*”.

Na percepção dos entrevistados os turistas estrangeiros ou “de fora” são especiais, porque não jogam lixo no chão, não reclamam da caminhada na trilha e nem do calor, e

¹⁴Comportamento pró-ambiental que são aqueles que contribuem para a preservação ou conservação do ambiente (HARTMANN; LOCH, 2009).

¹⁵De acordo com a Lei Nº 12.305/2010. XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estado sólido ou semissólido, recipientes e líquidos.

que esses turistas querem mesmo é conhecer o local. Já os turistas brasileiros são tidos pelos entrevistados como bons visitantes, mas que reclamam do calor da caminhada.

Para os moradores os benefícios advindos da atividade de “ecoturismo” é o pagamento que todos recebem ao final do dia e que veem isso como uma renda extra, mesmo que sem constância. Esse montante era dividido entre as pessoas que trabalhavam na visita, o guia ganhava por visita que fazia, o cozinheiro pela alimentação e o “piloteiro” pelo transporte em sua canoa. Mesmo tendo uma renda individual poucos viam algum benefício para comunidade, pois o ganho era fruto de uma atividade individual e não da coletividade. Mesmo que não haja benefícios para a comunidade, a atividade de “ecoturismo” não era considerada como impactante, uma vez que os turistas eram educados e não deixavam restos por onde passavam, tais como garrafinha no chão ou sacos plásticos. Já o lazer feito pelos banhistas/visitantes a percepção é unânime no sentido que essa atividade deixa muito resíduo e incomoda muito os moradores da vila. Para os moradores esses visitantes querem aproveitar a praia sem se importar em preservar ou respeitar os moradores.

O trabalho de proteção ao ambiente natural que a SEMMAS faz é reconhecido pelos comunitários do São João do Tupé, mas fazem reclamações sobre a rigidez com que as regras são impostas, tais regras, proibida música na praia de qualquer natureza. Pois, de acordo com os entrevistados, isso afasta os banhistas, eles apenas se incomodavam com o som vem dos barcos recreios, porque era muito alto. Outra questão onde eles não vêem problema, mas a SEMMAS proíbe, são os vendedores ambulantes de Manaus, que não faz concorrência, e é considerado bom porque eles vendem picolé, e na comunidade não se faz picolé por falta de energia elétrica.

Dois outros fatores que complicam a relação dos “barraqueiros” e a SEMMAS são: primeiro eles veem os fiscais como “repelentes” de banhistas da praia, de forma que, não tem pra quem vender os alimentos e bebidas. O segundo motivo é a troca dos atuais permissionários por novos, isso porque, existe um tempo determinado para o usufruto das barracas. A SEMMAS diz que irá abrir uma licitação para serem escolhidos novos barraqueiros, e o diferencial deste novo edital é que será aberto para as seis comunidades da REDES do Tupé.

Para agravar mais a situação os “barraqueiros”, que reclamam da fiscalização da SEMMAS, por tentar colocar em prática o PUP durante o período que tem mais banhistas. Na percepção dos permissionários a fiscalização da Secretaria só atrapalha nas vendas, não deixem as coisas “ficar à vontade”. Mas com seus limites, que não é bem claro.

Eu só ate contra um aspecto da SEMMAS, porque você vai pra um balneário com intenção de se divertir, mas só que aqui você. Não pode nada. Eu não concordo com só alto, mais eu concordo com som ambiente.

Abri mão mais um pouquinho das coisa, não pode queimar lixo, se a senhora vê, ela vem ai. Ai eu quando vi pra cá eu tinha roça, o pessoal tinha roça ai pra dentro, ai depois foram apertando o circo, tinha que fazer só uma hectaria que não fosse na ribanceira ai foram fazendo a gente tira esse documento, mas esse documento leva três anos para sair. Ai ela não tá ajudando a gente. Pela madeira não, tá liberado fazer uma casa, só não tem serrador aqui. Ai ela vai La e mede, manda um fiscal aqui pra não cair os paus em cima dos outros.

A presença da SEMMAS na praia acontece durante os domingos, eles não são fiscais de carreira, precisam da parceira da polícia ambiental. Muitos “donos” de barcos não respeitam o PUP, que no Artigo 8º O Órgão Municipal de Turismo ficará responsável pelo controle do fluxo por meio do registro dos proprietários de embarcações, empresa ou agência de turismo (pessoa física ou jurídica), usuários da Praia do Tupé. Na atual gestão da PMM quem faz esse trabalho de registro das embarcações é o SEMMAS. E chegam barcos e lanchas sem serem cadastrados, causando transtorno no trabalho de fiscalização.



Figura 16- Fiscalização da SEMMAS aos domingos na praia. **Fonte:** Shirley/2012

Os permissionários da praia não estão por definitivo nas barracas, a Semmas irá trocar os “barraqueiros” através de edital, e neste novo edital incluirá todas as seis comunidades do reserva, não só a São João do Tupé. E neste ano, a ABAP esta trocando de

presidente. Pois os permissionários estão insatisfeitos com a atual gestão. Mas o que se verifica é a contrariedade dos permissionários em relação ao trabalho de fiscalização da Secretaria, que é de, tentar dá ordem ao local, e eles querem receber muita gente, mas, ao mesmo tempo não gostam de ver a praia suja.



Figura 17- Vista do conjunto de barracas na Praia do Tupé. **Fonte:** Shirley/2012.

Os moradores reconhecem as belezas do local e por ser bonito é que muita gente quer conhecer. Percebem-se ainda que estão capacitados para receber os turistas, pois, como eles mesmos costumam dizer: “já tivemos muitos cursos de capacitação em turismo”¹⁶. Na percepção de um dos entrevistados a localidade São João do Tupé é um local exclusivo para o turismo, e que, quando se fala de São João do Tupé se fala em turismo. Esse turismo existente na REDES do Tupé, é no entanto, um turismo de natureza, porque o interesse ou atrativo para esse turista é a paisagem natural ou o patrimônio natural. Infelizmente esses atrativos naturais vem sendo usados de forma insustentável (FARIA, 2007).

¹⁶ De acordo com o registro do diário de campo, 2012. Os seus moradores já receberam várias capacitações voltadas para o turismo, eles sabem o que é turismo, sabem como receber, tratar bem, mas não colocam em prática porque não tem investimento do poder público na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

O futuro da atividade de turismo e lazer é visto de forma unânime pelos entrevistados com expectativa a continuidade das atividades e num suporte mais efetivo da nova gestão comunitária. A atual presidenta da comunidade diz que quer continuar o ecoturismo, e para isso procura incentivo tanto do público como privado. Mas no momento esta cuidando das reformas, da cede da comunidade e refazendo um pequeno galpão na praia, do lado da comunidade, para venda de artesanato. E por parte da gestora da REDES do Tupé o trabalho esta em reformar as barracas que estão em péssimo estado de conservação.

Afirmam os entrevistados que atividade de turismo não causa impacto ao ambiente natural, principalmente quando se referem aos turistas estrangeiros que cuidam para não sujar o ambiente. Como as visitas eram esporádicas, não conseguem ter a dimensão real sobre os pontos negativos e positivos da atividade e no que precisariam melhorar. Falam muito de renda extra e que se atividade tivesse frequência daria até para se sustentarem, pois daí faria um planejamento de compra mercadorias para vender aos turistas.

No lazer não desenvolvem qualquer outra atividade que não seja a venda de refeição na praia. Mas de acordo com os “barraqueiros” se tivessem um barco os banhistas/visitantes de certo aproveitariam mais e pagariam pelo serviço. Conforme eles dizem:

Não tem nada pra mostrar não, porque se ele precisa de uma mostra, a gente tem que precisa de condução pra sai daqui. Nos vamo olhar uma cachoeira que tem lá no Manduca (nome do morador próximo da cachoeira), vamo lá na cachoeira. Ai que muita vez o cara tá trabalhando ali (se referindo a ele), me arruma teu motorzinho pra nos i lá na cachoeira. As vez eu arrumo pro pessoas da Alvorada, onde eu morava, eles querem é andar de rabeta.

Para o banhista é só lazer, até porque aqui na comunidade não tem ninguém, assim que possa fazer passeio turístico, pode até ter na praia gente que teja interessado, mais ainda não tem, por exemplo assim: uma barraquinha lá na praia específico aqui se faz passeio no lago, uma trilha pra lá. Então não tem. Tão você pode até ter clientes que tejam na praia que queira fazer.

Para os moradores os banhistas/visitante há o interesse e até gostariam de ir a outros lugares na localidade, entretanto não tem como transportá-los e com por falta dessa embarcação eles perdem ganho com nessa atividade.

Outra unanimidade entre os entrevistados é: eles veem a necessidade de divulgação da localidade São João do Tupé como local para a atividade de turismo, e como resultado se tornaria um ponto turístico e para visitação. Vale à pena destacar a fala de um morador vê como solução ter uma empresa para contratá-los para trabalhar de carteira assinada. Com todos os benefícios que um empregado normal tem. Diante desta fala, distorce completamente o ecoturismo, o trabalho em grupo.

Para melhorar mermo precisa de financiamento. Porque não tem canoa pra passeio. Construir a canoas, umas quatro canoas é necessário. E justamente pagar os funcionários como se fosse uma empresa, tudo legalizada no turismo. Porque aqui se eu trabalhar ganha, é meu. Se eu não for não ganha. Passo de mês sem ganhar.

Para os indígenas há um posicionamento mais estável com suas atividades, visto que eles realizam durante o ano todo o ritual. Porém o pajé diz que estes procuram se diferenciar para chamar atenção na sua atividade.

Aqui a gente faz a nossa parte, pode vê que aqui é tudo limpo. A comunidade inteira em si do ecoturismo lá em cima deveriam ter esse incentivo, a própria diretoria fica de braços cruzados só olhando.

Aqui o que gente pode melhorar, pra mim, aqui foi forma de sobrevivência, tem uma agencias que pagam muito pouco. Eu acharia que as agencias de turismo colocassem um preço só. Um preço pra ritual, uma preço pra visita, então nesse caso eu acharia, então as fotos eles batem do jeito que eles querem, trajado tem que ser pago. No futuro acho que isso pra nos uma parte a gente pode melhorar nos mesmo, a gente tem quere melhora muito tanto na recepção e tanto na melhoria da comunidade visitante pra que ela possa beneficiar a comunidade indígena e da beneficio, só que o índio mostra a cultura dele, essa cultura nossa tem que ser respeitada pela comunidade de fora.

Os não índios ficam muito tempo à espera de grupos e dependem da vontade das agencias. Não ninguém que faço o que o antigo presidente da comunidade fazia. Agora esperam que a atual faça algum projeto voltado para o turismo. Mas afirmam que precisam

de recurso para que a atividade seja realizada com mais frequência, pois só assim conseguiriam sobreviver do turismo. Sendo que a maior parte de quem trabalha com o turismo tem outro meio de renda.

O turista só vem pra maloca, aqui só quem ganha com o turismo é os índio, eles vendem o pacote deles e os turistas nem passa pela comunidade. Porque aqui ninguém tem nada pra turista vê. Uns canoeiros (do hotel de selva) marcam a hora do almoço e tomar banho na praia, e as vez nem compram nada porque o canoeiro traz a caixa assim (gesto de grandeza com as mãos). Quando o canoeiro é bom diz: vamo comprar aqui.



Figura 18-Banhista que chegam de lanchas. **Fonte:** Shirley: 2012.

Os trabalhadores da atividade de turismo e lazer têm preocupação com o cuidado da limpeza visual do local, reclamam muito sobre a sujeira que os banhistas/visitantes causam a praia, além do barulho da música alta, causada pelos os “recreios” que costumam chegar à praia com suas caixas de som muito alto. Também faz parte das reclamações a

ABAP que não está fazendo a sua parte, que é colaborar com o Poder Público Municipal para as práticas sociais e atividades que visem bem estar da população local.

No entanto, as potencialidades ambientais são incorporadas pelas pessoas em pelo menos três formas: o entendimento, a competência e o controle ambiental de forma a constituir a base para o comportamento das pessoas em relação àquele ambiente. As mudanças que devem ser realizadas ou comportamentos a serem mantidos são basicamente parte do diálogo entre o lugar e as pessoas que nela estão inseridas (KUHNNEN, 2009).

A mudança pela qual a humanidade está passando em se preocupar com os atuais quadros de deterioração ambiental, sendo esta deterioração o fruto de ações insensatas do próprio ser humano. O que leva este ser humano a procurar locais com belezas naturais, sendo pouco modificado, e o local cheio de belezas exóticas, onde se possa encontrar aquilo que o turista, banhista/ visitante procura (FARIA 2007), A qualidade de vida, que é vida satisfatória e felicidade (HIGUCHI, 2012).

Como a percepção ambiental está implícita nas ações de proteção e cuidado do ambiente natural, e que esse cuidado estão presentes de formas diferentes em cada pessoa, mas que, se reflete na aparência da coletividade. Os moradores da localidade São João do Tupé até tem conhecimento sobre a proteção ambiental, mas não conseguem ser alto sustentáveis, talvez em alguns aspectos por limitações da própria comunidade ou por falta de apoio dos órgãos competentes. O que se encontra na localidade são, moradores que já receberam capacitação para o turismo e lazer, mas onde o conhecimento adquirido pouco se coloca em prática.

A localidade São João do Tupé é formada por pessoas que integram características socioculturais amazônicas próprios de comunidades ribeirinhas. De modo geral as famílias lá residentes se dedicam à agricultura e pesca, e muitos têm emprego em Manaus. Recentemente duas famílias indígenas que vieram do município de São Gabriel da Cachoeira passaram a morar na localidade e se integraram sem conflitos aparentes na comunidade. As belezas próprias da localidade se constituem num atrativo para muitos visitantes, tais como a praia, o lago e sua biodiversidade faunística e florística. As peculiaridades do aspecto físico do ambiente e as características culturais e econômicas da população despertou em instituições como a SEMMAS e UFAM a necessidade de normas e regras de proteção ambiental e ao mesmo tempo de capacitação educacional e profissional direcionadas para o ecoturismo. Se por um lado essas intervenções tenham sido realizadas em determinada época, pouca transformação é vista naquela localidade. Nem tampouco pode se constatar a existência de um ecoturismo vigente no local.

Em estudo de caracterização do lugar e nas entrevistas como moradores da Vila São João do Tupé, observou-se a deficiência na infraestrutura da comunidade e nos aparatos que inicialmente foram construídos para a atividade de turismo e lazer naquela comunidade. É notória a falta de saneamento básico, energia e abastecimento de água, a atenção ao atendimento à saúde, a uma educação de qualidade e a uma mobilização dos moradores no sentido da proteção ambiental e na qualificação para o turismo.

Apesar das ações de capacitação e estímulo ao ecoturismo na comunidade, apenas um grupo familiar se evolve na realização dessa atividade, sendo liderada pelo patriarca da família que era o antigo presidente comunitário. As atividades, no entanto, não se constituíam de forma sistemática e organizada nem eram realizadas de forma profissional. Além disso, a atividade de turismo que realizavam não condizia com uma atividade caracterizada como ecoturismo, mesmo que estes usassem esse termo. Não havia participação comunitária nem integração necessárias para ocorrer o chamado ecoturismo. Isto ficou visível pela quantidade de pessoas que moram na comunidade em relação (aproximadamente 120 famílias) ao pequeno grupo que realizaram a atividade de turismo (09 famílias).

A localidade São João do Tupé, de acordo com os entrevistados, foi muito incentivada à atividade de ecoturismo como meio para melhorar a qualidade de vida, mas infelizmente não é isso que se apresenta. Apesar dessas iniciativas de capacitação, nada foi fomentado para que os moradores chegassem a ponto de gerenciar um bom negócio de turístico. Falta por parte dos entrevistados e envolvidos com o turismo, desenvoltura e interesse para captar recursos, eventos ou divulgar a atividade na localidade. Conforme o antigo presidente houve solicitação de apoio à Manaustur e da Amazonastur, mas não obtiveram resposta. Como se discutiu nesse trabalho, a atividade de turismo só terá êxito se tiver apoio público na infraestrutura e na fomentação e ampla mobilização da comunitária. Fica a localidade São João do Tupé a esperar por este apoio para o desenvolvimento do turismo mais capacitado e profissional e demonstrar o interesse pela atividade com proteção ambiental.

É notório, entretanto, que duas famílias indígenas estão envolvidas em atividades de turismo de forma contínua e intensa. Os indígenas fazem dessa atividade seu sustento e mostram mobilização e organização bem fundada para o fortalecimento das atividades de ecoturismo. Apesar de ter apenas duas famílias, estas se constituem como duas entidades diferenciadas, de modo que cada chefe de família fundou a sua associação, como se fossem empresas e trabalham em parceria com os hotéis de selva que tem estão instalados na

REDES e no entorno. Há nesses grupos uma mobilização e organização aparentemente rentável e bem articulada tanto entre os grupos internos e com as agências de turismo. As famílias ainda observam com cuidado o atendimento dos turistas e se adequam com as características ambientais durante a cheia e a vazante das águas.

Constatou-se que as variações próprias do ciclo das águas são utilizadas pelos indígenas com propriedade e fazem dela um atrativo considerando um conforto e peculiaridades de interesse ao visitante. A paisagem local, no entanto não é o principal aspecto que os indígenas querem mostrar ao turista. Os rituais indígenas se constituem no atrativo central, e por isso uma arena de apresentação é sempre bem cuidada para esse fim, mesmo que relativamente pequena e rústica. Essas características funcionam como aspectos próprios do indígena e se distinguem como atividade distinta, de modo que a própria comunidade não se apropria desse evento e prefere chamar como atividade dos índios. Essa condição de exploração do turismo pelos indígenas, que se prende mais aos rituais, não desperta conflito no grupo que faz atividade eventual de turismo, uma vez que vêm como atividade sem concorrência.

O interesse e mobilização incipiente dos moradores e a falta de ação eficaz dos órgãos gestores da Unidade de Conservação municipal mostram que muito precisa ser feito na comunidade para que a proteção ambiental esteja associada com o desenvolvimento comunitário. Se o turismo está longe de ser uma atividade a ser empreendida no seu entendimento formal, a atividade de lazer ocorre de forma assustadoramente predatória. As necessidades de renda e a baixa consciência ambiental dos moradores são características que se estão na base de um cenário de desgaste socioambiental. Os relatos de poluição, de descuido e de desrespeito à ordem social são presságios de que a beleza paisagística em breve pode se tornar num lugar a ser evitado pela sua destruição.

Do ponto de vista dos estudos acadêmicos, vale a pena ampliá-los, buscando observar novas nuances, novos pontos de interesse do objetivo estudado, certamente não alcançados neste trabalho.

Por fim, deve ser ressaltado que o Poder Público Municipal deve ampliar e aperfeiçoar as suas ações na REDES do Tupé não tendo em vista somente o aspecto ambiental - inquestionavelmente de suma importância - mas a inclusão social das comunidades existentes. Este será o binômio que proporcionará a preservação da natureza e emprego e renda em uma das mais belas áreas nas proximidades de Manaus.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 13p.

ALBAGLI, Sarita. **Território e territorialidade**. In LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Org.) Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva; Rio de Janeiro : Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 2004

AMAZONAS, **Centro Estadual das Unidades de Conservação – CEUC**. Disponível em: < <http://www.ceuc.sds.am.gov.br/sistema/categorias.html> > Acesso em: 08. jun. 2011.

AMAZONAS, Procuradoria Geral do Estado. **Ementário de Pareceres**. - n.1, (janeiro/dezembro 2004) - Manaus: Centro de Estudos Jurídicos, 2005. Disponível em < http://200.242.43.143/portal/dsv/download/img_download/20051215102618ementario.pdf > Acesso em 07. set.2012.

APRILE, Fábio Marques. Modelos geomorfológicos para o Lago Tupé. . In (Org.) SILVA, Edinaldo Nelson dos Santos; APRILE, Marques Fábio; SCUDELLER, Veridiana Vizoni; MELO, Sérgio. **Biotupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural**. Manaus: INPA, 2005.

BACAL, Sarah. **Lazer e o universo dos possíveis**. São Paulo: Editora Aleph, 2003.

BECK, Ulrich. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva**. (org.) GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. Trad. LOPES, Magda. Ed. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1997.

BENATTI, José Helder. **A criação de unidades de conservação em áreas de apossamento de populações tradicionais: um problema agrário?**. Disponível em< http://www.fva.org.br/dmdocuments/Pd_AP_Benatti_1998.pdf > Acesso em 07.set.2012.

BLANGY, Sylvie; WOOD, Megan Epler. Desenvolvendo e implementando diretrizes ecoturísticas para áreas naturais e comunidades vizinhas. In LINDEBERG, Kreg;

HAWKINS, Donald E. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3.ed.SENAC, São Paulo, 2001.

BORELLI, Dario Luis. **Aziz Ab`Sáber: problemas da Amazônia brasileira**. Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.53, pp. 7-35. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24078.pdf>> Acesso em 08.ago.2012.

BRASIL - MICT/MMA, 1994. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**.

Disponível em:

<<http://public.grad.rosana.unesp.br/sergio/Ecoturismo%20I/PoliticaNacionalEcoturismo%20.pdf>> Acesso em 22. mai.2011.

BRASIL, **Constituição 1988. Revisada até a Emenda constitucional n.47, de 5-7-2005**. 36. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL, **Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm> Acesso em: 29. abr. 2011.

BRASIL, Ministério do meio Ambiente. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. DIEGUES, Antonio Carlos. ARRUDA, Rinaldo S.V. (Org.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Conceitos básicos de ecoturismo**. Disponível em:<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 03. ago.2011.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília. 2008. p.13-57. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/cadernos_manuais/Livro_Ecoturismo.pdf> Acesso em: 02 abr. 2011.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil**.

Disponível em:

<http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_72872/turismo_sustentavel_e_alivio_da_pobreza_no_brasil:_reflexoes_e_perspectivas> Acesso em: 20. jun. 2011.

BRASIL, **Reflexões e perspectivas/Ministério do Turismo**.– Brasília, DF. Julho, 2005.

Disponível em:

<http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_72872/turismo_sustentavel_e_alivio_da_pobreza_no_brasil:_reflexoes_e_perspectivas > Acesso em 08. jun.2011.

CARNEIRO, Rosane. **Arquitetura da vida. Soluções sustentáveis**. Senac e Educação Ambiental. Ano 12 • n.2 • abril/agosto de 2003. 13p. Disponível em <<http://dc311.4shared.com/doc/CBF3yxO0/preview.html> > Acesso em: 07. set. 2011.

CARVALHO, Thiago Morato. Parâmetros geomorfométricos para descrição do relevo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Manaus, Amazonas. In. SILVA, Edinaldo Nelson Santos, SCUDELLER, Veridiana Vizoni (Org.) **Biotupé: Meio Físico, diversidade biológica e sociocultural do baixo rio negro, Amazônia Central V.2** UEA Edições, Manaus 2009. Disponível em <biotupe.org/livro/vol2/> Acesso em:07.set.2012.

CAVALCANTI, Agostinho. **Ecoturismo, meio ambiente e sustentabilidade: Análises e propostas**. In SEABRA, Giovanni (Org.). Educação ambiental no mundo Globalizado. Editora UFPB, 2011.

CHATEAUBRIAND, Annunziata Donadio; ANDRADE, Ellen Barbosa de. Gestão, saneamento e educação ambiental em parceria com a comunidade: uma experiência no Tupé, Manaus – AM. In: **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; AIDIS. Desafios para o saneamento ambiental no terceiro milênio**. Rio de Janeiro, ABES, 1999. p.1-7, Tab. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/brasil20//vi-055.pdf>> Acesso em: 23. mar. 2011.

CHINAGLIA, Clever Ricardo. Desenvolvimento sustentável, participação e ecoturismo. In CASTELLANO, Elisabete Gabriela; FIGUEIREDO, Rodolfo Antonio; CARVALHO, Caio Luiz. (Org.). **(Eco) Turismo e educação ambiental: diálogo e prática interdisciplinar**. São Carlos: Rima, 2007.

COLCHESTER, Marcos. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. Ed. Hucitec-NUPAUB-USP, 2000.

COOPERGARÁ **Ecotur. Conheça Guaraqueçaba**. Disponível em: <http://www.visiteguaraquecaba.com.br/conheca.aspx> > Acesso em: 07. set. 2011.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. Lazer e turismo: em busca de uma sociedade sustentável. In CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

COSTA, Tiago Viana da; SANTOS, Jefferson Lobato dos; BARROS, Solange da Silva; CARVALHO, Simone Marcela Souza de; PINHEIRO, Antônia Moraes. Brincando entre igapós: a água na percepção das crianças da reserva de desenvolvimento sustentável Tupé, Manaus/Am. **Revista eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. ISSN 1517-1256, v.18, jan a jun de 2007. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol18/art49v18a8.pdf>> Acesso em: 05. set. 2011.

DENCKER, Ada Freitas Maneti; DA VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo: Futura, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6a.ed. ampliada – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC. 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos; NOGARA, Paulo José. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do saco de mamangá-Parati-Rio de Janeiro**. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000100005&script=sci_arttext> Acesso em 07. set. 2012.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Ecoturismo indígena território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia**. TESE – Curso de Pós-Graduação em Geografia Física. São Paulo. Universidade de São Paulo. Junho de 2007.

FARIA, Ivani Ferreira de. **Mapeamento participante na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Saracá Piranga/Silves-AM**. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema2/ivani>> Acesso em: 10.abr.2012

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2007.

FISHER, Gustave-N.. **Psicologia social do ambiente**. Coleção Perspectivas Ecológicas. Trad. Silva, Armando Pereira. Ed. Instituto Piaget, 1994.

FREIRE, Doia; PEREIRA, Lígia Leite. **História oral, memória e turismo cultural**. In MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretando o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG Território Brasilis, 2002.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Trad. LOPES, Magda. Ed. Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J.R. Brent; MCINTOSH, Robert W.. **Turismo: princípios práticos e filosofias**. Trad. COSTA, Roberto Cataldo. 8ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONÇAVEL, Rogério dy la Fuente. Novas trilhas para o ecoturismo na Chapada dos Veadeiros. **Revista Eco 21**, Ano XIV, Edição 86, Janeiro 2004. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades_de_conservacao/artigos_ucs/novas_trilhas_para_o_ecoturismo_na_chapada_dos_veadeiros.html?query=Ecoturismo+em+comunidade+do+nordeste > Acesso em: 01. ago. 2011.

GOODEY, Brian. Interpretação e comunidade local. Murta. In Stela Maris; Albano, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Os ‘Índios do Descobrimento’: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: UFRJ/ MN/PPGAS, 1999. Disponível em <<http://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2012/08/TESE-SOBRE-OS-PATAX%C3%93-BAHIA.pdf>> acesso em 10.jan.2010.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003.

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima; BARROS, Solange; RÊGO, Jackson Fernando. Tecendo o Tupé: um estudo sobre a percepção e interpretação ambiental na RDS do Tupé, Manaus-AM. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p.85-104, jan./jun. 2008. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12597> > Acesso em: 22. jun. 2011.

GÜNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice A.; PINHEIRO, José Queiroz. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. In. GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José Queiroz. (Org.) **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa - ambiente**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008.

GÜNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice Azambuja; PINHEIRO, José Queiroz. Multimétodos. IN. CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja. (Org.) **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Qualidade de vida e meio ambiente. Artigo a ser publicado no **Livro resultante da palestra proferida na Mesa Redonda “ Saúde e Ambiente” no Seminário de Ciências do Ambiente na Amazônia**, ocorrido de 08 a 11/05/2007. CCA/CPGCASA – UFAM – Manaus – AM.

HOBSBAWM, Eric .Introdução: a invenção das tradições. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições** (org.). (Trad.) CAVALCANTE, Celina Cardim. 2º Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOEFFEL, João Luiz. SORRENTINO, Marcos; MACHADO, Micheli K..Percepção ambiental e conflitos de uso dos recursos naturais – um estudo na APA do sistema Cantareira, trabalho apresentado no **III Encontro da ANPPAS**, Brasília-DF, 2006. Disponível em: < www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/luis_hoffel.pdf > Acesso em: 07. set. 2011.

IANNI, Otávio. **Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. Editora Ática, São Paulo, 1989.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2.ed. São Paulo: ed. Pioneira Thomson Learning, 2003.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoque regionais**. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Trad. Contexto Traduções. 3ª. ed.. São Paulo: Aleph, 2001. 1ª reimpressão 2006.

KUHNEN, Ariane. Interações humano-ambientais e comportamento socioespaciais. KUHNEN, Ariane; CRUZ, Roberto Moraes; TAKANESE, Emílio (Org). **Interações: pessoas-ambiente e saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

KUHNEN, Ariane; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. Percepção ambiental. In CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (org.) **Temas em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEME, Fernanda Beraldo Maciel; NEVES, Sandro Campos. **Dos ecos do turismo aos ecos da paisagem: análise nas tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens**. Passos: revista de turismo e patrimônio natural, v.05, n°. 2 . 2007. Disponível em: <www.pasosonline.org/Publicados/5207/PS060207.pdf> Acesso em: 10. set. 2011

LOPES, Cintia. A natural vocação da Bahia para o ecoturismo. **Revista Eco 21**, Ano XIII, Edição 77, Abril 2003. Turismo na Bahia. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/artigos/a_natural_vocacao_da_bahia_para_o_ecoturismo.html?query=Ecoturismo+em+unidades+de+conserva%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 01. ago. 2011.

MACEDO, Renato Luiz Grisi; MACEDO, Sâmara Borges; VENTURIN, Nelson; ANDRETTA, Vanessa; CARISIO, Felipe; AZEVEDO, Calia. Pesquisas de percepção ambiental para o entendimento e direcionamento da conduta ecoturística em unidades de conservação. **II encontro interdisciplinar de ecoturismo em unidades de conservação**. 08 à 11 nov. 2007 - Itatiaia- RJ. Disponível em: www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo50.pdf Acesso em: 15.set. 2011.

MALTA, Ricardo Rodrigues. A importância da percepção ambiental para conservação da natureza e da vida humana. **GAPIS/EICOS/UFRJ**. Disponível em

<http://www.gapis.psicologia.ufrj.br/observatorioaps/images/arquivos/RJ/PI/Parques/Nacionais/PNT/sapis2007_003.pdf > Acesso em: 07. set. 2011.

MANAUS, Diário Oficial do Município de Manaus. **DECRETO N.º 8044 de 25 de agosto de 2005**. Manaus, terça-feira, 30 de agosto de 2005. Número 1313, ano VI.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O entendimento do lazer. MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARIANI, Milton. Planos municipais de turismo no Brasil. In SEABRA, Giovani. (Org.) **Turismo de base local: Identidade cultural e desenvolvimento sustentável**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Eletrônica Scielo**. vol.9, no. 1, p.41-64.ISSN 1414-753X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf> > Acesso em: 10. mai. 2011.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo. IBRASA, 2003.

MIRANDA, Jorge Morales. O processo de comunicação na interpretação. In MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretando o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG Território Brasílis, 2002.

MOLINA E., Sergio. **Turismo e ecologia**. Trad. Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MORIN, Edgar. **Culturas de massas no século XX: Neurose**. (Trad.) Maura Ribeiro Sardinha - 9 ed. - Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2009.

MOTA, Vanderlan Santos. **Espaços públicos de lazer em Manaus**. Manaus: Editora Valer, 2008.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia. Identidade de lugar. In CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleici Azambuja. (org.) **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidades no Brasil. **Revista antropológica**. V. 03, n. 2, dez, USP. São Paulo, 1955.

PACHECO, Éser; SILVA, Hilton P. Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental. Trabalho apresentado no **II SAPIS - Seminário de áreas protegidas e inclusão social**. Disponível em: < <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf> > Acesso em: 05.set.2011.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Pobre Rebouças. **O Eco**. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/maria-tereza-jorge-padua-lista/16218-oeco_10133 > Acesso em 30. mai. 2011.

PAIXÃO, Carolina Araújo. **Parque estadual do rio turvo: um estudo sobre a percepção e interpretação ambiental da comunidade moradora do entorno da Br 116**. Dissertação (Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2009.

PEDRINE, Alexandre de Gusmão. A educação ambiental no ecoturismo brasileiro – passado e futuro. In SEABRA, Giovanni (Org.). **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

REBÊLO, George Henrique; TERRA, Adriana Kulaif; LAYME, Viviane Maria Guedes; AMORIM, Tábita Maciel. Histórias: narrativas e depoimentos das comunidades São João do Tupé e Colônia Central. In (Org.) SILVA, Edinaldo Nelson dos Santos; APRILE, Marques Fábio; SCUDELLER, Veridiana Vizoni; MELO, Sérgio. **Biotupé: meio físico, diversidade biológica e sociocultural**. Manaus: INPA, 2005.

Reserva biológica União. **Destino Aventura**. Disponível em: <<http://www.webventure.com.br/destinoaventura/rj/casimirodeabreu/atracoes/atr/1510>> Acesso em 07. set. 2011

RIBEIRO, Wagner Costa. FERREIRA, Simone R. Batista. Turismo e desenvolvimento sustentável. In CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org.). **Turismo com ética**. 2 ed. Fortaleza: UECE, 1998.

RISSO, Luciene Cristina. Estudo de percepção e conservação do parque ecológico de Ourinhos - SP: discussões a respeito da percepção e metodologia. **Trabalho apresentado no X Simpósio brasileiro de geografia**. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo2/008.pdf> Acesso em: 05.set. 2011.

RODRIGUES, Adyr Balestreri. Território, patrimônio e turismo com base local- uma relação inequívoca. In SEABRA, Giovani. (Org.) **Turismo de base local: Identidade cultural e desenvolvimento sustentável**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. (Org.) YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. **Unidades de Conservação brasileiras. Megadiversidade**, Volume 1, Nº 1, Julho 2005 Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf>. Acesso em 04 mar.2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

SALVATI, Sérgio Salazar. **Impactos do Ecoturismo. Ambientebrasil**. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/artigos/impactos_do_ecoturismo.html> Acesso em: 05. set. 2011

SEMMAS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Prefeitura inaugura barracas na Praia do Tupé em Manaus**. Disponível em: <<http://portalamazonia.globo.com/new-structure/view/scripts/noticias/noticia.php?id=63783>> Acesso em:23 jul.2011.

SEMMAS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Praia do Tupé tem regras respeitadas pelos banhistas e proprietários de embarcações.** Disponível em: < <http://semmas.manaus.am.gov.br/praiado-tupe-tem-regras-respeitadas-pelos-banhistas-e-proprietarios-de-embarcacoes/>> Acesso em: 14 jul. 2011.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. Sustentabilidade e planejamento do turismo: discussão sobre o consumo do espaço. In CASTELLANO, Elisabete Gabriela; FGUEIREDO, Rodolfo Antônio; CARVALHO, Caio Luiz. (Org.). (Eco) **Turismo e educação ambiental: diálogo e prática interdisciplinar.** São Carlos: Rima, 2007.

SILVA, Luciana Rabello. Resiliência nas interações grupais: como identifica-la? KUHLEN, Ariane; CRUZ, Roberto Moraes; TAKANESE, Emílio (Org.). **Interações: pessoas-ambiente e saúde.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer.** São Paulo: Contexto, 2003.

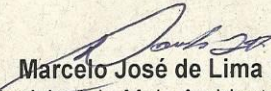
ANEXOS

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 027/2012 – SEMMAS

Autorizo para os devidos fins, a realização do Projeto de Pesquisa intitulado “Atividades de Turismo e lazer na localidade São João do Tupé: Potencialidades e Percepção Ambiental dos moradores” pela senhora Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto, aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi, mediante assinatura de Termo de Compromisso.

Esta autorização tem validade de 03 (três) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso.

Manaus, 03 de maio de 2012.


Marcelo José de Lima Dutra

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPG/CASA



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO PRESIDENTE DA COMUNIDADE

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulada "ATIVIDADES DE TURISMO E LAZER NA LOCALIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ: POTENCIALIDADES E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES" sob a coordenação da Pesquisadora Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto, mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia / PPGCASA da Universidade Federal do Amazonas / UFAM. Tenho pleno conhecimento do projeto proposto e confirmo a minha participação no mesmo.

Manaus, de de 2012.

Maria da Glória de Araújo

Presidente da Associação dos Moradores de São João do Tupé

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Nº 027/2012 – SEMMAS

Autorizo para os devidos fins, a realização do Projeto de Pesquisa intitulado “Atividades de Turismo e lazer na localidade São João do Tupé: Potencialidades e Percepção Ambiental dos moradores” pela senhora Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto, aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente, da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi, mediante assinatura de Termo de Compromisso.

Esta autorização tem validade de 03 (três) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Compromisso.

Manaus, 03 de maio de 2012.


Marcelo José de Lima Dutra

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

PROJETO DE PESQUISA

Título: ATIVIDADES DE TURISMO E LAZER NA LOCALIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ:
POTENCIALIDADES E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS MORADORES.

Área Temática:

Pesquisador: Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto

Versão: 1

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

C.A.A.E.: 05813612.4.0000.5020

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 81786

Data da Relatoria: 22.08.2012

Apresentação do Projeto:

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são territórios de proteção ambiental, que devido seu potencial ambiental e paisagístico podem favorecer o ecoturismo e trazer benefícios à população local. O ecoturismo tem por definição a conservação do ambiente natural em muitas regiões além de ser uma atividade econômica que pode agrupar geração de renda, emprego e conservação ambiental e valorizar a cultura tradicional local (IGNARRA, 2003) e se caracteriza por ser uma atividade de baixo impacto sobre a natureza (MOLINA, 2001; PEDRINE, 2007; RIBEIRO, 1998). As RDSs são áreas de administração em conjunto do governo e as associações de moradores da reserva. Estas unidades devem ter plano de manejo como objetivo à conservação ambiental, bem como, a melhoria da qualidade de vida das populações locais. As populações tradicionais que vivem dentro das RDSs têm como subsistência a exploração dos recursos naturais, decorrentes dos hábitos histórico-culturais e das condições da fauna e da flora. São justamente essas populações que desenvolvem um papel importante para proteção ambiental, constando inclusive em Lei que elas ficarão reguladas por contrato tendo a obrigação de participar da preservação, da recuperação, da defesa e da manutenção da RDS. O ecoturismo é essencialmente realizado em locais onde existem atrativos naturais e culturais, é comum se afirmar que deve ser praticado de modo conservacionista, sendo que, esta atividade depende diretamente dos recursos naturais para o seu pleno desenvolvimento. Para tanto deve ser usado de forma ética para a conservação, e com a participação da comunidade local, para que este ecoturismo seja sustentável, de acordo com Sachs (2009). Mas se faz necessário estudar não só o local onde existe o potencial turístico, mas a percepção dos habitantes do lugar sobre o ambiente e o ecoturismo. A importância desse processo é a compreensão das relações entre moradores locais e o ambiente, além da compreensão acerca das suas expectativas, insatisfações e de seus anseios. Existe uma interface importante entre as políticas públicas de proteção ambiental ditada pelo Ministério do Meio Ambiente e as orientações básicas do Ministério do Turismo. A Política Nacional de Ecoturismo (1994) conceitua como: "atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas". A partir de 2003 foi criado o Plano de Turismo Sustentável, com o objetivo de atender às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras. Protegendo e ampliando as oportunidades para o futuro. Foi com base neste plano que possibilitou traçar princípios para ações governamentais da época. No caso de Manaus como a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (REDES do Tupé).

Objetivo da Pesquisa:**Objetivo Primário:**

Investigar os aspectos socio culturais e ambientais presentes na atividade de turismo/ lazer na localidade São João do Tupé - REDES.

Objetivo Secundário:

Descrever o ambiente físico com atrativos de turismo e lazer na localidade São João do Tupé. Caracterizar as ações de turismo e lazer realizadas na localidade São João do Tupé REDES do Tupé. Identificar os atores envolvidos na atividade do turismo e lazer na localidade São João do Tupé. Verificar a percepção dos moradores sobre os impactos do turismo e lazer existentes na REDES do Tupé.

Objetivo Primário:

Investigar os aspectos socioculturais e ambientais presentes na atividade de turismo/ lazer na localidade São João do Tupé - REDES.

Objetivo Secundário:

Descrever o ambiente físico com atrativos de turismo e lazer na localidade São João do Tupé. Caracterizar as ações de turismo e lazer realizadas na localidade São João do Tupé REDES do Tupé. Identificar os atores envolvidos na atividade do turismo e lazer na localidade São João do Tupé. Verificar a percepção dos moradores sobre os impactos do turismo e lazer existentes na REDES do Tupé.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:**Riscos:**

Ao serem levados a refletir sobre a atividade turística no local, a pesquisa poderá desencadear uma mudança de atitude e de percepção dos comunitários em relação às atuais práticas de turismo e lazer que estão sendo realizada na comunidade. Para que a pesquisa seja ética, e as possibilidades de riscos serão minimizadas, serão considerados os valores morais, étnicos, sociais e religiosos dos participantes, bem como, todos os cuidados na abordagem aos sujeitos serão tomados de modo a que eles não se sintam apenas usados em mais uma pesquisa, sendo tratados com respeito, e que eles saibam que estarão cooperando para uma eventual mudança no futuro da comunidade São João do Tupé. Em relação às informações será respeitada a privacidade dos participantes, os mesmos poderão abandonar a pesquisa sem penalidade alguma, bem como, poderão mudar de ideia, e será informado aos participantes, o que foi descoberto com a pesquisa.

Benefícios:

Não há benefícios individuais, no entanto os sujeitos poderão sentir-se satisfeitos em ter contribuído com um estudo que permitirá conhecer as possibilidades da comunidade em relação à atividade de turismo, atividade da qual participam e que produz impactos na vida social do lugar, podendo vir a ser melhor desenvolvida como atividade mais sustentável.

Considera-se adequada a descrição dos riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A abordagem desta pesquisa é qualitativa exploratória descritiva. De acordo com Ribeiro (2008), ao analisar dos fenômenos humanos e sociais nem sempre pode ser quantificável, e a pesquisa qualitativa aceita a localização da relação sujeito-objeto como central, e compreendendo como o ser humano se relaciona com seu entorno. Para investigar os aspectos socioculturais e ambientais presentes na atividade de turismo/lazer na localidade São João do Tupé será utilizada uma abordagem multimétodos (GUNTHER; PINHEIRO, 2008; GUNTHER, ELALI, PINHEIRO, 2011).

Essa abordagem é usada para pesquisar pessoa e ambiente devido à grande complexidade para entender a interação entre ambos, a qual consiste em multiplicidades metodológicas (várias técnicas e instrumentos) de diversas áreas de conhecimento. Segundo os autores, o método é usado para chegar a um objeto de estudo e o multimétodo consiste em caminhos distintos para chegar a um mesmo objeto de estudo.

Adultos com mais de 18 anos, de ambos os sexos e que estejam morando na comunidade no mínimo por 10 anos, independentemente de outros aspectos respectivos a etnia, ocupação e religião. Será entrevistado apenas um adulto em cada uma das 10 unidades domésticas selecionadas para participar da entrevista.

Critério de Exclusão:

Não serão incluídos os sujeitos que estejam com problemas de saúde que os impeçam de responder as entrevistas.

Cronograma: adequado.

Orçamento: adequado.

Instrumentos de coleta de dados: apresentados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE:
Folha de rosto : adequada
Termos de anuência: apresentados.

Recomendações:

Inserir no TCLE a descrição dos riscos apresentada no relatório de pesquisa e lembrar que não há pesquisa com seres humanos sem risco.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O referido protocolo de pesquisa é uma nova submissão tendo em vista que a anterior teve seu prazo para revisão das pendências prescrito. Nessa nova versão a pesquisadora apresenta todos os termos necessários, descreve a metodologia, apresenta os critérios de inclusão e exclusão. Assim, o referido protocolo apresenta-se completo nessa nova submissão e atende ao que prevê a Res. CNS 196/96 e complementares.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 24 de Agosto de 2012

Assinado por:
Pedro Rodolfo Fernandes da Silva

APENDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Descrição do lugar e suas respectivas paisagens turísticas

1. Tipos de atrativos turísticos da localidade: praias, lagos, cachoeira, floresta, trilhas.
2. Tipos de infraestrutura e logística: restaurantes, lanchonetes, banheiros, transporte para acesso, guias de turismo disponível, trilhas, passeios organizados, comércio de artesanato local, higiene do local, saneamento básico e resíduos, placas de sinalização, acomodação e apresentação pessoal dos moradores.
3. Atividades turísticas existentes: tipo, responsáveis, organização, divulgação, duração e frequência, roteiro oferecido; tipo de turistas envolvidos, custos e forma de pagamento, se existem a participação dos moradores com agências externas ou se a atividade é organizada pelos próprios moradores.
4. Comportamento dos moradores, dos turistas e guias de turismo: hospitalidade da comunidade e agentes de turismo, formas de recepção, mudança ou incorporação da rotina social dos moradores com a atividade de turismo, satisfação dos moradores com essas atividades, interesse dos turistas com a atividade, profissionalismo dos moradores com a atividade frente aos turistas.

APÊNDICE 2

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Nº da Entrevista _____

DADOS PESSOAIS

Iniciais do nome _____ Idade _____ Sexo _____

Escolaridade: _____ Estado _____ civil: _____ Tempo _____ na

comunidade: _____ Exerce alguma atividade de turismo ____ Qual? _____

Quanto tempo? _____

QUESTÕES NORTEADORAS

1. Nessa comunidade vocês recebem muitos turistas/visitantes? O que eles querem visitar? O que esses turistas querem ver? O que eles querem fazer? Que tipo de atividade de turismo tem aqui para esses turistas/visitantes?

2 Como vocês fazem essas atividades de visitaç o para o turista? Quem participa nessa apresenta o para os turistas/visitantes? Voc  desenvolve alguma atividade para o turista/visitante? Como? Quando?

3 Tem alguma associa o que organiza essas atividades? Como os moradores decidem o que fazer para esses turistas/visitantes?

4 O que a comunidade ganha com essa atividade de turismo/visita o?   bom para a comunidade? Que outros benef cios/problemas a comunidade tem com essa atividade

5 Voc  acha que as atividades de turismo/visita o que se faz aqui na comunidade   de qualidade? Poderia me dizer que qualidades seriam essas?

6 Voc  acha que essas atividades trazem algum problema para o ambiente? Que tipo? O que seria necess rio para evitar isso?

7 Pensando nessas atividades todos que existem por aqui, voc  est  satisfeito com elas? Voc  mudaria alguma coisa? Como? Por qu ? Qual ser  o futuro dessas atividades?

8 Aqui   uma reserva que tem uma legisla o pr pria de uso do ambiente. Voc  acha que   preciso todas essas regras? Por que voc  acha que existem todas essas regras de cuidado do ambiente? Pra que elas servem?

APENDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **Atividades de turismo e lazer na localidade São João do Tupé: potencialidades e percepção ambiental dos moradores**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Shirley Cintra Portela de Sá Peixoto**, a qual **pretende Investigar os aspectos socioculturais e ambientais presentes na atividade de turismo/lazer na localidade São João do Tupé – REDES do Tupé**.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista que será gravada com seu consentimento e depois de transcrita será destruída, nesta pesquisa consistirá apenas em responder as perguntas que lhe serão feitas e que será realizada com sua concordância, em data, horário e local a ser combinado.

Não há riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, não correrá qualquer risco de ordem física ou psicológica ao responder essa entrevista. Se você aceitar participar, estará contribuindo para auxiliar na estruturação dessa atividade no sentido de conhecer a opinião dos moradores e trazer benefícios para o desenvolvimento da atividade de turismo e lazer.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia- PPGCASA/UFAM, Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I - Manaus/Amazonas, telefones (92) 3305 4068 ou (92) 9982 6079; (92) 8230 0710 ou 3664 7954, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

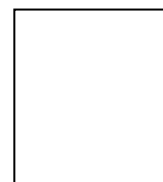
Consentimento Pós-Informação. No final da pesquisa e defesa da dissertação os resultados serão apresentados nessa comunidade numa reunião a ser marcada.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___



Assinatura do pesquisador Responsável

Impressão do dedo polegar